

revista

RET-SUS

Rede de Escolas Técnicas do SUS

Ano X - Nº. 78 - outubro/novembro/dezembro 2016



Mala Direta
Básica

9912340195/2013-DR/RJ

Fiocruz

Correios

Olhares sobre a inclusão

A luta das pessoas com deficiência se destaca em meio a eventos internacionais, reafirmando que incluir em todas as dimensões sociais é um direito.

sumário

2 ■

especial

- Repercussões da educação profissional e tecnológica
- As ciências sociais em diferentes matizes

12 ■

aluno em foco

Três relatos de realce da Escola de Saúde Pública do Ceará

14 ■

capa

Incluir é reconhecer todos e todas

20 ■

em rede

- EdPopSUS mais ampliado
- Informações e registros em saúde com mais qualidade

24 ■

trajetórias

Os percursos do trabalho e da educação em saúde

26 ■

aconteceu

Um giro pelas escolas de Pernambuco, Ceará, Alagoas, Minas Gerais, Pará, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Brasília, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

32 ■

panorama

Benefícios da inclusão

Inclusão x Superação

O Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, comemorado em 21 de setembro, o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, celebrado em 3 de dezembro, e os Jogos Paralímpicos 2016, realizados em setembro, no Rio de Janeiro, colocam em debate os temas da inclusão e da superação. Aproveitamos as datas e o evento para remontar histórias vitoriosas, como a do nadador brasileiro Andre Brasil, um multimedalista nos Jogos Paralímpicos, e colocar em foco a questão como um direito de todos. Afinal, a deficiência faz parte da condição humana, sublinha o Relatório Mundial sobre a Deficiência de 2012.

Na seção 'Especial', a cobertura do 8º Congresso da Federação Mundial de Colégios e Politécnicos (WFCP) e da 40ª Reunião dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Reditec), realizados sequencialmente, em Vitória (ES), em setembro, reunindo representantes de mais de 20 países. Ainda neste espaço, tudo sobre o 7º Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde, promovido pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), no mês de outubro, em Cuiabá (MT).

A revista RET-SUS nº 78 traz, também, a história de três egressas da Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE). Na seção 'Aluno em Foco', as trajetórias de Valdeni de Souza Oliveira, de 43 anos, que, desde cedo, guardava a expectativa de trabalhar na área da saúde, de Maria do Socorro Rodrigues, que irá concluir, aos 53 anos, o Técnico em Vigilância em Saúde, e da técnica em enfermagem Diana Silva, que coleciona três aprovações em concursos públicos.

Na seção 'Em Rede', temos duas experiências de parcerias entre escolas da RET-SUS, sob a coordenação da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV). A primeira refere-se à nova etapa do Curso de Aperfeiçoamento em Educação Popular em Saúde (EdPopSus), inaugurada em dezembro de 2016. A segunda experiência diz respeito ao Curso de Capacitação em Registros e Informações em Saúde, na modalidade atualização profissional, voltado para os trabalhadores da saúde de nível médio do estado do Maranhão.

Esta publicação traz, ainda, na seção 'Trajetória', a construção do livro *As trilhas e os desafios da gestão do trabalho e da educação na saúde*, organizado por Janete Lima de Castro, Rosana Lúcia Alves de Vilar e Nathalia Hanany de Oliveira.

Em 'Aconteceu', um giro pela ESP-PE, ESP-CE, Etsal (AL), ESP-MG, ETSUS-PA, ESP-MT, ETSUS-RS, Espi (CE), Etesb (DF), EPSJV (RJ), Efos (SC) e ETSUS Blumenau (SC). Por fim, a seção 'Panorama' traz resultados da pesquisa *Os benefícios da educação inclusiva para estudantes com e sem deficiência*, confirmando que estudar em ambientes que valorizam a diversidade promove, sobretudo, efeitos benéficos em pessoas sem deficiência. Uma boa leitura!

Editoria Geral da RET-SUS

expediente

Ano X - nº 78 - outubro/novembro/dezembro de 2016

Revista RET-SUS

Órgão oficial da Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde . Brasil

ISSN 1980-9875

Conselho Editorial (Integrantes da Comissão Geral de Coordenação da RET-SUS)

Claudia Brandão Gonçalves (Dege/Sgtes/MS); **Haroldo Jorge De Carvalho Pontes**

(Conass); **Márcia Cristina Marques Pinheiro** (Conasems); **A definir** (Opas/OMS);

Angelita de Almeida (ETSUS Região Norte); **Alessandro Soledade Reis** (ETSUS Região

Nordeste); **Ena de Araújo Galvão** (ETSUS Região Centro-Oeste); **Regina Célia Diniz**

Werner (ETSUS Região Sudeste); **Claudia Vilela de Souza Lange** (ETSUS Região Sul).

Tiragem 9.000 exemplares . **Impressão:** Edigáfica . **Periodicidade:** Trimestral

Endereço

Secretaria de Comunicação da RET-SUS . Avenida Brasil, 4.365 - EPSJV/Fiocruz . Manginhos . Rio de Janeiro (RJ) . Brasil

CEP: 21.040-360 . Telefones: (21) 3865-9779 ou 9796 . retsus@fiocruz.br . www.retsus.fiocruz.br

Editoria Geral

Katia Machado

Reportagem e redação

Ana Paula Evangelista, Julia Neves e Katia Machado

Projeto Gráfico e Diagramação

Mário Carestiato

Capa

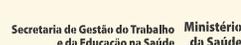
Mário Carestiato

Assistente de Projeto

Fernanda Martins

Apoio à Gestão

Rafael Andrade



Representantes de mais de 20 países, alunos e gestores de instituições federais de ensino reverberam o que pensam do campo na atualidade.

Repercussões da educação profissional e tecnológica

especial

Ana Paula Evangelista

Sob o objetivo de discutir o papel da educação profissional no século 21, o 8º Congresso da Federação Mundial de Colleges e Politécnicos (WFCP) e a 40ª Reunião dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Reditec), realizados sequencialmente em Vitória (ES), entre os dias 22 e 27 de setembro, reuniram representantes de mais de 20 países, além de alunos e gestores de instituições federais de ensino de todos os estados brasileiros. “É muito importante para o Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) ser anfitrião deste evento. Foram dois anos de preparação e sabemos dos desafios que a educação profissional e tecnológica enfrenta na atualidade”, destacou o reitor do Ifes, Denio Rebello Arantes, ao abrir a solenidade. “Estamos em um momento de encolhimento de recursos, mudanças mundiais, mas estamos aqui para conhecermos histórias e líderes inspiradores e experiências da juventude. Não resolveremos aqui os desafios da educação profissional, mas veremos as melhores práticas ao redor do mundo e teremos a oportunidade de aprender uns com os outros”, ponderou a presidente da WFCP, Denise Amyot.

Antecedendo o debate que inauguraria os encontros, o presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), Marcelo Bender, além de ressaltar a importância da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (EPCT) – com mais de 850 mil alunos matriculados – para o desenvolvimento da educação no Brasil, focalizou a importância dos dois eventos. “O congresso e a reunião ajudam a traçar o futuro da Rede EPCT. Cada passo adiante requer nossa profunda atenção”, sublinhou.

Movimento mundial

Sob o título *Trajatória da educação profissional no mundo*, o pesquisador britânico Robert Cowen falou na conferência de abertura sobre o que se entende por educação vocacional, desde seu surgimento na Europa, e avaliou como as escolas seguem neste mundo globalizado, revelando o processo de importação pelo Japão de um modelo de educação na década de 60. “Os japoneses entenderam que era necessário um novo sistema de educação para alcançar o desenvolvimento e que, para isso, era preciso importar esse modelo do Ocidente. Por isso, criaram escolas vocacionais, que se tornaram base das futuras universidades japonesas”, ensinou.

O pesquisador trouxe à tona, criticando os modelos, a instituição do doutorado alemão nas universidades dos Estados Unidos e a do ensino universitário estadunidense no Brasil. Ele observou que o objetivo, nesses casos, é a concorrência de mercado, nociva ao propósito da educação. Cowen ainda fez menção à invenção de uma nova linguagem na educação, que focaliza os conceitos de competência e habilidade, deslocando o campo do setor cultural para o econômico. Ele atentou para o fato de as escolas estarem apenas preocupadas com as inovações tecnológicas. “São escolas que vendem as pesquisas, que cumprem o papel de unidades econômicas, se tornando um tesouro nacional”, advertiu.



World Congress
WFCP2016
Vitória • Brasil

Reditec
Vitória • 2016



Para De Masi, o retrocesso vivido na atualidade poderá ser revertido com intervenção de caráter revolucionário.

Comunicação Reditec/WFCP 2016

Expectativas do futuro

Na conferência *Perspectivas para a sociedade do século XXI*, abrindo o segundo dia de debate, o sociólogo italiano Domenico De Masi, autor do texto *Ócio Criativo*, fez uma retrospectiva das grandes revoluções que mudaram a economia, o trabalho e o desenvolvimento humano, pontuando as consequências do neoliberalismo para a sociedade e projetando o futuro. “O neoliberalismo estimula uma desigualdade social crescente, que resulta na migração em massa e no contraste entre as necessidades humanas e os recursos naturais, explorados como se fossem infinitos. Em 2030, seremos oito bilhões de pessoas no mundo, com uma grande diferença entre ricos e pobres”, garantiu, ponderando que a situação pode ser revertida com intervenção de caráter revolucionário. “As reformas não são mais suficientes para trazer o equilíbrio ao mundo atual”, justificou.

Segundo De Masi, o progresso científico não significa o fim da mão de obra humana. “A máquina pode realizar tarefas em grande escala, mas tem uma limitação para ir além do quantitativo, ao contrário de nós”, comparou. Ele concluiu a mesa com observações sobre a Medida Provisória nº 746/16, que institui uma reforma do Ensino Médio — proposta pelo Ministério da Educação e enviada pelo presidente Michel Temer ao Congresso Nacional em 22 de setembro —, fazendo críticas à

exclusão das disciplinas de Filosofia, Sociologia, Artes e Educação Física do currículo obrigatório desta etapa do ensino, como assim propõe a reforma. “É uma loucura total, pois educar é enriquecer a dimensão estética e filosófica das coisas. Devemos ser os pioneiros da formação humanística. Destruir isso é assassinar a civilização. Precisamos ter cuidado com as políticas perigosas que estão ameaçando o desenvolvimento intelectual nos países latino-americanos”, orientou.

Vale citar que a Câmara dos Deputados concluiu, em 13 de dezembro, a votação da MP 746/16. Os deputados, que já haviam aprovado o texto-base no dia 7 de dezembro, ficando para votar posteriormente os destaques que modificavam a proposta, delegaram as disciplinas de educação física, arte, sociologia e filosofia à Base Nacional Comum Curricular, ainda em elaboração, e aprovaram as parcerias com instituições de ensino privadas para educação a distância. Pelo novo texto, “os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação a distância com notório reconhecimento”. A medida mexe em toda a estrutura de aprendizagem do ensino médio, desconsiderando as observações e pleitos de professores e alunos. O texto segue para o Senado Federal e precisa ser aprovado até o dia 2 de março de 2017, caso contrário perde a validade.

Pensar o futuro foi também a proposta da mesa de debate *Desigualdade Social, Trabalho e Emprego*,

mediada pelo diretor do Centro Internacional para a Educação e Treinamento Técnico e Vocacional (Unevoc), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Shyamal Majumdar, com a participação do reitor do IF de Brasília e coordenador da Câmara Internacional do Conif, Wilson Conciani, da presidente da WFCP, Denise Amyot, e do representante dos Serviços de Suporte aos Estudantes (SSS, na sigla em inglês) e do Qingdao Technical College da China, Zehem Li. Os palestrantes focalizaram a educação profissional como força motriz do ensino, apontando a urgência de se questionar os caminhos que os jovens seguirão após a conclusão dos estudos.

Na avaliação de Majumdar, dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que devem ser implementados por todos os países do mundo até 2030, três são essenciais à educação profissional, por tratar dos temas da inclusão e do acesso à educação continuada. São eles: assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos (objetivo 4); alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas (objetivo 5); e promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos (objetivo 8).

Com destaque para o acesso à aprendizagem e ao emprego, Conciani, por sua vez, falou sobre as políticas de cotas e as saídas para a diminuição da evasão escolar. “O que devemos mudar é a maneira que recebemos os alunos. Em países pobres como o nosso, há muitas pessoas que querem ter acesso à aprendizagem, mas não têm oportunidades. Por isso que temos a necessidade de cotas sociais e raciais”, justificou. Para o reitor do IF de Brasília, um importante desafio a ser enfrentado pelas escolas é a evasão de alunos. Segundo ele, o Brasil — assim como alguns outros países da América Latina — enfrenta uma evasão que varia de 40% a 60% dos matriculados ao ano. “Inclusive o ensino a distância sofre com a alta taxa de evasão”, acrescentou, revelando que as condições sociais são as causas deste cenário. “Precisamos mudar a maneira que ensinamos. O professor precisa parar de falar o tempo todo. Os alunos precisam ser motivados a participar do processo de aprendizagem. O ensino está centrado na figura do professor. Devíamos focar no processo de aprendizagem, e não de ensino”, sugeriu.

À Denise Amyot coube discorrer sobre os temas da liderança e do empreendedorismo, duas áreas que segundo ela receberam o maior número de propostas nas escolas e no mundo. “O empreendedorismo e a liderança são como um estado mental que uns têm mais facilidades que outros, mas que todos podem ter”, defendeu, destacando, ainda, a liderança sentimental, que diz respeito à coragem que um indivíduo tem de mostrar seus sentimentos. “Os melhores líderes são aqueles que mostram

suas emoções. São os mais bem sucedidos e que mais colaboram”, afirmou. Denise estima que as pessoas estejam percebendo que não podem mais contar com as grandes corporações e isso explicaria o crescimento do empreendedorismo. De acordo com ela, os jovens da atualidade estão mais comprometidos com o empreendedorismo social. “Se tem alguma universidade que ainda não está fazendo isso, deve começar já”, sentenciou, bem como recomendou que a matéria “empreendedorismo” fosse incluída em todos os currículos profissionais.

Com foco na troca de conhecimentos, Zehem Li falou sobre o Serviço de Suporte aos Estudantes (do inglês *Student Support Services*). Segundo ele, a proposta é construir, entre outros projetos, uma plataforma internacional de compartilhamento de informação. “Isso possibilitaria uma maior integração cultural entre países do Ocidente e do Oriente”, defendeu, anunciando que a inovação será utilizada de imediato para estruturar a 9ª edição do Congresso Mundial da WFCP, que acontecerá de 8 a 10 de outubro de 2018 em Melbourne, na Austrália.

■ Força motriz

A 40ª Reditec, por sua vez, se destacou pela construção do planejamento estratégico do Conselho Nacional dos Dirigentes das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif). O presidente do Conif, Marcelo Bender, ressaltou o poder de inovação da Rede EPCT. “Nossas práticas precisam ser revigoradas”, sublinhou, destacando a necessidade de se promover articulações com outras redes que estejam voltadas para a educação pública.

Articulação, aliás, foi a palavra de ordem do encontro. Durante os fóruns do Conif, Jefferson Almeida e Daiana Crús, da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), representando a Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS) do Ministério da Saúde, da qual a EPSJV faz parte, apresentaram a proposta de encontro entre a RET-SUS e a Rede EPCT. A iniciativa integra o Projeto de Apoio Estratégico e Fortalecimento da Formação Técnica de Nível Médio em Saúde, abrigado na EPSJV, como fruto de parceria da unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Coordenação-Geral de Ações Técnicas em Educação na Saúde do Departamento de Gestão da Educação na Saúde da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde. “O objetivo da nossa participação no evento foi apresentar nossa proposta aos representantes institucionais dos institutos e centros federais de Educação, Ciência e Tecnologia de todo o Brasil”, anunciou Jefferson, que é sociólogo e mestre em antropologia, assessorando a Vice-Direção de Ensino e Informação da EPSJV.

Ele revelou que o objetivo da ação é contribuir para o fortalecimento da educação profissional em saúde no

Brasil, integrando esforços e identificando as capacidades institucionais da RET-SUS e da Rede EPCT. O trabalho começará pela identificação e mapeamento dos centros e institutos federais de educação, ciência e tecnologia que integram a rede do MEC, com foco na oferta de cursos técnicos presenciais por instituto ou centro, *campi* e modalidades de ensino. Tal proposta, acrescentou Daiana, que é historiadora e mestre em História das Ciências e da Saúde, assessorando a Direção da EPSJV, encontra justificativa na necessidade de apoiar e de fortalecer a educação profissional, especialmente no campo da saúde, em todo o território nacional, e busca auxiliar o compartilhamento de propostas e de ações entre as duas redes, frente a uma dinâmica de expansão do campo. Este compromisso implica favorecer arranjos locais que construam, de modo complementar e integrado, ações de formação e de qualificação no campo da Educação Profissional em Saúde.

O assessor da Setec, Franklin Nascimento, o secretário-executivo do Conif, Alexandre Bahia, e Marcelo Bender mostraram interesse em promover a interlocução entre as duas redes, com foco na necessidade de congregar esforços para o desenvolvimento da educação profissional no país. Eles receberam dos assessores da EPSJV um documento de apresentação da proposta de articulação entre as redes do MS e do MEC.

A articulação foi também força motriz para a construção da Carta de Vitória. Seguindo a tradição, o documento foi apresentado ao fim da 40ª Reditec, tratando do comprometimento dos dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica com a qualidade da

educação profissional e tecnológica. A Carta de Vitória fez duras críticas a propostas do atual, como a Medida Provisória 746, que propõe uma reforma do Ensino Médio, sem consulta a profissionais da área, e a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 55, aprovada pelo Senado Federal, no dia 13 de dezembro, congelando os gastos públicos federais por 20 anos. “Tal medida requer amplo debate envolvendo a sociedade. O uso de medida provisória fere o princípio de construção coletiva e o protagonismo da sociedade na formulação das políticas de interesse coletivo. Ademais, a MP marginaliza disciplinas de base humanística, retrocede a formação integral de nossos jovens e adultos e, ainda, precariza o ensino, ao permitir o reconhecimento do ‘notório saber’ para o exercício da docência”, escrevem os dirigentes da Reditec, sobre a MP 746. “Restringir investimentos na manutenção e expansão da rede, desvincular percentuais constitucionais obrigatórios e abolir a destinação do percentual de 10% do PIB são ações que ferem a garantia do direito à educação pública e gratuita”, acrescentam, em menção à PEC 55.

A Carta de Vitória defende a Rede EPCT como uma política de Estado e propõe aprofundar o debate acerca, do Projeto de Lei 257, que autoriza o refinanciamento da dívida dos estados e do Distrito Federal, do quadro orçamentário e financeiro de 2016, que, conforme o documento, vem prejudicando a Rede EPCT neste ano em curso, em face dos cortes e da não liberação de limites orçamentários, e da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2017, “por não garantir a fixação da matriz atual acrescida da incidência do IPCA, para assegurar o funcionamento da Rede, como propõe o Conif”. ■



Comunicação Reditec/WFCP 2016

O futuro da Rede EPCT sob a observação de mais de 20 países.

Em sua sétima edição, Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde reflete o agir na área em meio à crise política.

As ciências sociais em diferentes matizes

especial

Julia Neves

A pluralidade de experiências sociais nos seus mais diferentes níveis e os respectivos contrastes e tensões que carregam no contexto contemporâneo e que se expressam na vida de pessoas e coletividades estiveram no centro do debate do 7º Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde, promovido pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), entre os dias 9 e 12 de outubro, na Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), em Cuiabá. Sob o tema *Pensamento crítico, emancipação e alteridade: agir em saúde na ad(iversidade)*, o evento — tradicionalmente organizado em cursos, palestras, grupos de trabalhos, lançamentos de publicações e mesas-redondas — focalizou a discussão em torno de uma política complexa e desafiadora que o Brasil e o mundo experimentam.

Um momento de realce do congresso foi o Ato Público em Defesa da Democracia e dos Direitos Sociais pelo SUS, realizado na noite do dia 11. No palco, trabalhadores e representantes de movimentos sociais da saúde estenderam cartazes com as inscrições “Austeridade faz mal à saúde”, “Reforma política já” e “Saúde não se compra. Todos pelo SUS”, entre outras, afirmando posição contrária a medidas como a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 55 — aprovada pelo Senado Federal no dia 13 de dezembro de 2016 —, que propõe um congelamento dos gastos públicos por 20 anos, atingindo especialmente as áreas da Educação e da Saúde.



Márcio David / Abrasco



A crise é política

Na conferência de abertura, Paulo Henrique Martins, sociólogo e professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), fez uma análise da conjuntura da crise brasileira que, segundo ele, não está descolada de uma crise mais ampla que atinge o capitalismo global e o próprio modo de pensar e produzir conhecimento. Para ele, o momento adverso pode abrir uma nova oportunidade histórica de reconciliação do homem com a natureza e consigo mesmo. “O impasse não existe. O impasse é só o desconhecido, o medo dos passos que a gente precisa dar. Ao invés de impasse, a gente deveria falar de passos para construir coletivamente novas subjetividades, um novo imaginário social”, orientou.

Para o professor, a crise no Brasil não tem caráter somente econômico, sobretudo, político e moral. “Não se trata de um fenômeno nacional e localizado, produzido por erros de gestão governamental no país. A crise é nacional e, também, transnacional, refletindo a desorganização do capitalismo moderno como um modo de produção dominante para dar lugar ao emergente capitalismo oligárquico predatório que financeiriza a economia na tentativa de evitar o seu próprio esgotamento”, observou.

O caráter moral da crise, segundo Martins, implica descrença dos segmentos pobres e assalariados com relação aos discursos de verdades contidos nas ideologias modernas de bem-estar material de consumo irrestrito. “O utilitarismo que organizava a sociedade pelo investimento produtivo gerava certo senso de justiça ‘cognitiva’, pelo qual os mais capazes conseguiam mais coisas”, sublinhou, destacando também haver uma onda de

frustração entre desejo de consumo e prática do consumo e a constatação da perda de efetividade das políticas públicas. “Tudo isso enfraquece a coesão social e gera aumento do conflito e da violência”, explicou.

Martins avaliou que a crise epistêmica diz respeito à falência do conjunto de práticas discursivas e aos regimes de verdade que, segundo expressou, “definiram um modo particular de pensar e fazer da sociedade moderna ocidental na Europa e funcionaram como vetor esclarecedor dessa modernidade para os territórios coloniais”. Para ele, houve múltiplas modernidades, cada uma com formas múltiplas de enunciação do que se entendeu como moderno. “Os processos de modernização implicaram custos sociais e ambientais que hoje se fazem presentes. Refugiados, epidemias, seca, etc. mostram as contradições. O discurso progressista estruturado na modernização já não serve”, garantiu.

Contradições da educação

A mesa de debate *A indissociabilidade de verdade: a integração entre a pesquisa, a extensão e o ensino na construção de um agir em saúde crítico e emancipatório*, realizada no dia 10 de outubro, com Luiz Gustavo de Souza de Lima Junior, professor da UFMT, Maria Scherlowski Leal, professora da Faculdade de Enfermagem da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), José Ivo Pedrosa, professor do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Piauí (UFPI), e Pedro Cruz, professor do Departamento de Promoção da Saúde da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), abordou as contradições entre as três frentes de ação da educação. Luiz Gustavo contou que, em 2014, participou de um projeto de extensão que rodou 11 municípios de Mato Grosso,

resultando em uma cartilha que traz comentários da comunidade, sistematizados pelos agentes de saúde. “Foi uma experiência exitosa, por meio da qual percebemos que devemos fazer como e não fazer para”, destacou. Para ele, o desafio é abrir mão de uma formação inicial que coloca pesquisadores em uma posição de superioridade. “Nós temos dificuldade de ir para o plano horizontal, mas confesso que essa foi uma experiência interessante”, confessou, revelando que precisou abandonar a bibliografia clássica para iluminar a prática.

Para Maria Scherlowski, a questão que afeta seriamente a indissociabilidade entre a pesquisa, a extensão e o ensino é a burocracia universitária, usada como forma de controle. “A gente vive essa perspectiva escancarada, de que a educação tem valor econômico, é uma *commodity*”, advertiu. O mesmo observou José Ivo, coordenador de um curso de medicina que surgiu na perspectiva do Programa Mais Médicos, do Ministério da Saúde. Ele julgou que os três campos de ação — pesquisa, ensino e extensão — estão completamente separados. “As pesquisas não conversam com o ensino, nem com a extensão, conversam apenas com a possibilidade de ser ‘qualisável’”, avaliou. Para ele, a dificuldade reside na articulação entre os campos, por terem objetivos, financiadores e produtos diversos, sugerindo, portanto, pensar a extensão como ponto de partida da construção do conhecimento emancipador, transformador e humanizador, ou seja, como um processo de comunicação. “Tal como defendia Paulo Freire [educador, pedagogo e filósofo brasileiro nascido em 1921 e falecido em 1997], para quem a extensão era um trabalho social, útil e com intencionalidade”, comparou.

Tradição da EPS

Na mesa-redonda *Educação Popular, saberes e práticas na formação e na pesquisa: por uma epistemologia do diálogo e da emancipação*, realizada no dia 11, Eymard Mourão Vasconcelos, professor do Departamento de Promoção da Saúde do Centro de Ciências Médicas da UFPB, falou sobre a perspectiva mais tradicional da educação popular em saúde (EPS). Segundo ele, para a educação popular em saúde, os saberes das diversas disciplinas científicas são insuficientes para construir práticas profissionais eficazes e enfrentar a integralidade das necessidades humanas. Vasconcelos sugeriu a construção de soluções compartilhada com a população, por meio da valorização de saberes e realidade locais. “É importante escutar. É algo que vai além da interdisciplinaridade, pois valoriza os saberes que não são das disciplinas”, defendeu.

“Em meio à violação dos direitos da cidadania, já nos dizia Paulo Freire: ‘É preciso conjugar o verbo esperar’”, citou a assessora pedagógica em Educação Permanente da Secretaria Municipal de Fortaleza (CE), Vera Lucia de Azevedo Dantas. Em alusão ao tema da mesa, ela recitou versos que escreveu: “Entre os saberes e fazeres da comunidade, os sujeitos que na academia fazem sua atuação. O saber da experiência é pautado no cotidiano, matriz fundamental da educação popular. Nos faz trilhar caminhos do diálogo humano, que nos ajuda a refletir a perspectiva popular. É também o saber coletivo onde o conjunto dos sujeitos ensinam e aprendem, onde a gente pode aprender a ser mais gente, com compromisso da realidade nos formar”.

Na ponta (à dir.), Eymard Vasconcelos lidera o debate sobre a tradicionalidade da educação popular em saúde.



Professora de enfermagem da Uerj, Sônia Acioli lembrou que nos anos 2000, quando surgiu o grupo de trabalho de Educação Popular da Abrasco, todos tinham dúvidas se era realmente possível unir tantas diferenças. “Hoje, temos certeza dessa possibilidade e da potência que a educação popular tem em ser tão misturada”, frisou. Ela lembrou que a educação popular em saúde nasce da resistência e da luta e que é, portanto, fruto de construção política e do reconhecimento do saber popular como um saber importante para a construção do conhecimento. “A gente precisa se fortalecer enquanto grupo que acredita na formação e na pesquisa em saúde de uma maneira diferente, que defende um espaço de construção de conhecimento ao mesmo tempo científico e popular”, acrescentou.

■ Ocupar para cuidar

“Reconhece a queda e não desanima. Levanta, sacode a poeira e dá a volta por cima”. Foi com o trecho da música do compositor Paulo Vanzolini que o médico Gastão Wagner de Sousa Campos, professor titular da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e atual presidente da Abrasco, iniciou o debate *Sociedade, subjetividade e saúde: desafios do SUS em tempos de crise democrática*, sob a coordenação de Marta Gislene Pignatti, professora da UFMT. Ele observou que alguns governos se colocaram a favor do SUS, porém nenhum assumiu a implantação integral do sistema como um projeto prioritário, e sim com enfoques e programas restritos, sem continuidade entre uma gestão e outra. “O movimento sanitário tem sido influenciado pela racionalidade dos governos e gestores. A fortaleza disso é que o SUS concreto tem importância e é efetivo para a maioria dos brasileiros. O que nós fizemos nesses anos não é pouco. O SUS é muito grande”, ponderou Gastão, advertindo em seguida: “Por outro lado, a debilidade é que o SUS concreto foi implementado de maneira parcial e não consegue atender grande parte das necessidades de saúde”.

Defensor de um sistema 100% público e universal de saúde, Gastão propôs construir um projeto geral e local ao mesmo tempo: “Vamos apostar no ativismo socio-institucional, construir coletivos em defesa do SUS, das políticas públicas, do ensino público, das mulheres, negros, trabalhadores, contra a violência, pela liberdade e a democracia e pela própria reconstrução dos movimentos sociais e partidos”. Para ele, é preciso ocupar os espaços públicos para cuidar, para colocá-los para funcionar, sugerindo que as lutas pela educação pública, em defesa dos direitos trabalhistas e previdenciários, da saúde, contra a violência, pelo transporte público e pela reforma urbana fossem ampliadas. Gastão propôs, também, denunciar os

malefícios decorrentes dos cortes dos gastos em saúde, lembrando que tal medida “adoece e mata as pessoas”.

No mesmo espaço de debate, Alcides Silva de Miranda, professor da área de Saúde Coletiva da Universidade do Rio Grande do Sul (UFRGS), destacou que o SUS tem muitos desafios em tempos de crises democráticas. Segundo ele, quase 30 anos depois, o sistema público de saúde está bastante ameaçado. “Nos acostumamos com a política dos puxadinhos, como o Mais Médicos, por exemplo. Essa arquitetura disforme e fragmentada do SUS em vários aspectos foi muito conveniente para que se aumentasse o agenciamento empresarial”, criticou Alcides, referindo-se às fragilidades do sistema de saúde brasileiro, face a iniciativas exitosas, porém pontuais como o Programa Mais Médicos, lançado em 2014, sob o objetivo principal de levar mais médicos para regiões onde havia escassez ou ausência desses profissionais.

Ele indagou como uma política social pode ser apropriada e legitimada publicamente, propondo estratégias sociais ampliadas. “Precisamos reconhecer que a apropriação da política pública não se dá só pelo valor de uso ou consumo de procedimentos biomédicos. Façamos uma reforma política íntima entre nós, começando por falar sobre o que é fazer política na contemporaneidade”, sugeriu.

Na mesma direção, Luis Eugenio Portela, professor do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (Ufba) e ex-presidente da Abrasco (2012-2015), discorreu sobre a contribuição do SUS para a melhoria da saúde dos brasileiros, sublinhando o aumento da cobertura vacinal, da assistência farmacêutica e da assistência pré-natal, ao parto e ao puerpério, a universalização da Terapia de Reidratação Oral, a implantação dos programas Saúde da Família (PSF), de atenção às urgências e de controle do HIV/aids e o fortalecimento das ações de vigilância à saúde.

Para Luiz, tudo isso é decisivo para o controle de doenças, a diminuição da mortalidade infantil e o aumento da expectativa de vida da população. Mas, se por um lado observou êxitos, por outro lembrou velhos problemas que persistem até hoje, citando novas questões de saúde, como os três vírus transmitidos pelo *aedes aegypti* — dengue, chikungunya e zika —, e as mortes por violência, incluindo as agressões armadas. “Mais que tudo, persistem as desigualdades sociais e regionais relativas a todos os problemas de saúde”, realçou, observando que com os cortes na saúde o que acaba é o projeto de Reforma Sanitária, ou seja, de um SUS universal e igualitário. “Com os cortes, o governo não pretende acabar de vez com o SUS — até porque isso não é bom negócio para os empresários que apoiam as medidas e os planos de saúde que usam o SUS como resseguro. O que acaba é a proposta de um sistema de fato público e para todos”, garantiu.



Marcio David / Abrasco

A professora adjunta do Instituto de Medicina Social da Uerj, Roseni Pinheiro, observou que para defender o SUS, é preciso atenção e coerência. Ela insistiu que o impossível pode acontecer, tanto para o mal quanto para o bem. "A gente achava que era impossível o SUS e o Estado laico findarem. Mas vejo isso acontecer. Hoje, para reverter o cenário de ataques aos direitos sociais que o atual governo promove, é preciso pensar a liberdade na política", orientou.

Longos adoecimentos

Ana Maria Canesqui, professora colaboradora-adjunta do Departamento de Medicina Preventiva e Social e do curso de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Unicamp, a frente da mesa de debate *Abordagens dos adoecimentos de longa duração, cronicidade e itinerários terapêuticos*, realizada no dia 12, realçou a questão da deslegitimação dos adoecimentos crônicos por parte da medicina. De acordo com a professora, certas síndromes, dores e fadigas crônicas são desconsideradas doenças pelos diagnósticos médicos. "Não é incomum a gente se deparar com adoecimentos crônicos que são rotulados pelos profissionais de saúde como doentes irreais ou imaginários", disse. Ela observou o problema em pesquisa que realizou sobre pressão alta, refletindo que o problema da cronicidade não é uma categoria que está incorporada pelos adoecidos, mesmo quando a enfermidade é considerada crônica pela biomedicina.

Coube ao professor titular em sociologia da Universidade Federal da Bahia (Ufba), Paulo César Borges Alves, falar sobre os estudos dos itinerários terapêuticos. Segundo ele, tais práticas estabelecem um diálogo entre as ciências humanas e a medicina, identificando padrões e modelos de conduta na busca por tratamentos. "Isso é, sem dúvida, bastante importante em um diálogo

com a medicina, pois os estudos dão subsídios para melhor compreensão de diversas práticas relacionadas ao sistema de cuidados à saúde, informam as possíveis desvantagens e vantagens de um tratamento e apontam melhorias para os serviços", observou. Segundo Borges Alves, a noção de itinerário terapêutico não se resume às práticas e aos discursos desenvolvidos pelos indivíduos no uso que fazem dos diferentes serviços de assistência em saúde disponível no entorno. Para o professor, os estudos sobre itinerários terapêuticos, em sua grande maioria, têm como principal foco de interesse os roteiros percorridos pelos atores em busca de tratamento. "Assim mesmo, reconhecendo que atores representam diferentes cursos de ação, dúvidas, entradas e saídas de diversas modalidades terapêuticas, tais estudos tendem a unificá-los em padrões comportamentais", advertiu.

Lucas Pereira de Melo, professor do curso de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), mostrou a importância dos estudos de casos sobre adoecimentos de longa duração, a exemplo de seu projeto de pesquisa que está em desenvolvimento em Caicó, no sertão do Rio Grande do Norte, sobre a Síndrome de Berardinelli-Seip, uma doença genética e rara bastante prevalente na região. Segundo Melo, a enfermidade causa uma ausência quase completa de tecido adiposo cutâneo e afeta uma em cada 12 milhões de pessoas – sendo que, no estado, são 22 casos em uma população de cerca de três milhões de pessoas.

O professor revelou que é muito comum no Brasil a utilização de estudos de casos qualitativos quando os pesquisadores estão trabalhando com experiências sobre diversos tipos de adoecimentos e sofrimentos de longa duração. "Apesar de ser uma estratégia de pesquisa muito utilizada em diversos campos de conhecimento, a literatura destaca que o estudo de caso é pouco compreendido por boa parte dos pesquisadores e não

existe consenso em termos de sua definição e maneira de conduzi-los”, criticou, revelando que, geralmente, quando se trata de estudo de caso, se pensa logo em um indivíduo específico. “Na verdade existe uma longa discussão sobre a construção dessas amostragens, do número de estudos de caso, que poderiam ser singulares ou de um conjunto de casos, fazendo análises comparativas dentro do próprio caso ou entre os casos e outras possibilidades”, explicou.

O estudo de caso, segundo Lucas, possibilita o desenvolvimento de análises conceituais, holísticas e aprofundadas sobre um fenômeno. Além disso, acrescentou, reconhece a natureza artesanal e intersubjetiva da pesquisa, se abrindo para a negociação perene que é fundamental no trabalho de campo.

Cuidado integral

Outro tema de destaque do Congresso da Abrasco foi o cuidado integral à saúde. Na palestra *Reconfigurações do cuidado integral na atenção primária: potencialidades e desafios nas práticas de saúde*, a professora da Universidade de São Paulo (USP), formada em Educação Física e doutora em Saúde Pública, Yara Maria de Carvalho, observou avanço quanto ao fato de a sociedade ter acesso a uma diversidade de experiências de trabalho com o corpo. Segundo ela, nos últimos anos, ainda que com pouca diversidade de conteúdo, multiplicaram-se as iniciativas que envolvem práticas como a dança, a ginástica e as caminhadas nas unidades básicas de Saúde (UBS) “Mas me parece que ainda precisamos de uma formação mais cuidada em relação ao que se propõe”, ponderou Yara.

Com base nas concepções do filósofo do século 16 Baruch de Espinoza, a professora ensinou que práticas corporais são práticas de saúde quando produzem pensamento, potência, vontade de viver e modos de existir. Elas são, também, dispositivos de cuidado consigo, com o outro e, sobretudo, com as relações. “Espinoza pergunta o que pode o corpo. E ele responde que não saberemos o que o corpo pode, porque só pensamos sobre o corpo, não experimentamos o corpo”, filosofou. Segundo Yara, quanto mais um corpo consegue se relacionar, mais ele pode ser o que ele realmente é. “Para Espinoza, não existe separação entre corpo e mente. Somos tudo isso juntos”, acrescentou.

Yara garantiu que, quando um profissional trabalha com a ideia de corpo e mente como questões separadas, não tem a dimensão de até onde vai a prática. “Quando eu ensino uma prática corporal, ensino uma técnica, um movimento e, ao mesmo tempo, as pessoas a pensarem a vida delas, os problemas e as soluções”, disse. Ela sinalizou que certas pessoas conseguem acessar outros planos e saberes segundo o movimento que praticam. “Quando eu proponho uma prática e sei que aquilo afeta a vida da pessoa e envolverá todas as relações que ela estabelece com os outros, a minha responsabilidade por aquela prática muda completamente”, afirmou. A professora informou que há mais de 370 práticas corporais que podem ser trabalhadas nos cursos de formação. “Perdemos a consciência das múltiplas e infinitas relações que produzimos incessantemente com os corpos”, refletiu, orientando, porém, que nem todas as práticas servem para todos. “Precisamos chacoalhar nossos modelos de atenção em saúde para abriremos espaço para os corpos que querem entrar”, finalizou. ■

No centro do debate, a construção de um sistema de saúde verdadeiramente público e universal.



As egressas Valdeni, Maria do Socorro e Diana se reconhecem pelo desejo de atuar na área da saúde, tendo como cenário de formação a ESP-CE.

Três relatos de realce da Escola de Saúde Pública do Ceará

aluno em foco

Julia Neves

De auxiliar de limpeza a graduanda do curso de Enfermagem, passando pela Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE), onde concluiu, em 2011, o Aperfeiçoamento em Atenção à Saúde da Mulher no Ciclo Gravídico Puerperal e do Neonato. Esta é a trajetória de Valdeni de Souza Oliveira, de 43 anos, que, desde cedo, guardava a expectativa de trabalhar na área da saúde. Em 2002, como auxiliar de limpeza na maternidade Casa da Gestante, depois de ter concluído o ensino médio completo, despertou nela o interesse pelo cuidado à saúde das pessoas. À época, a ideia de atuar como trabalhadora da área parecia distante. Dois anos se passaram e, em 2004, com o auxílio de uma bolsa de estudos, ela conseguiu concluir o curso Técnico em Enfermagem, pelo Instituto de Assistência Social (Iasocial), em Quixadá, no sertão cearense. “No ano seguinte, já estava incluída na equipe de enfermagem da Casa da Gestante, onde comecei como auxiliar de limpeza”, recorda, com orgulho de sua conquista.

Na unidade de saúde, Valdeni passou a trabalhar no setor do alojamento conjunto, prestando assistência às gestantes, mães e recém-nascidos. “As oportunidades não pararam por aí”, revela. Como técnica em enfermagem, participou de um treinamento na sala de parto, reafirmando o desejo de cuidar de mulheres gestantes. Ela conta que, em 2011, iniciou o curso de Aperfeiçoamento em Atenção à Saúde da Mulher no Ciclo Gravídico Puerperal e do Neonato, ofertado pela Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE). “No início, tive dificuldade em conciliar o estudo com os plantões exaustivos e a atenção aos meus familiares. Mas sempre contei com o incentivo da minha casa”, sublinha. Ela observa que a formação a proporcionou uma visão mais humanizada em relação à condição da mulher. Ainda em vista de seu desejo de ampliar seu conhecimento na área da saúde, tentou ingresso, em 2015, na Faculdade Católica Rainha do Sertão, sendo aprovada no curso de Farmácia. Atualmente, ela está no 7º semestre de Enfermagem, após transferência de curso.

No trilho da saúde

Na mesma direção, seguem outras duas histórias. Aos 52 anos, Maria do Socorro Rodrigues irá concluir o Técnico em Vigilância em Saúde (CTVS), também pela ESP-CE, no município de Aracati, a cerca de 150 quilômetros da capital Fortaleza. A futura técnica foi auxiliar de ultrassom por 15 anos no Hospital Municipal Dr. Eduardo Dias e, logo depois, começou a trabalhar como auxiliar na área de Educação em Saúde e Mobilização Social na Secretaria de Saúde de Aracati. Há cerca de três anos, Maria foi transferida para o setor de epidemiologia, também como auxiliar, iniciando a formação técnica. Segundo ela, a maior dificuldade foi conciliar as aulas com o trabalho, em vista da responsabilidade de cuidar da família e da casa. Ao fim do curso, que está previsto para dezembro de 2016, Maria pretende continuar atuando na área de



Valdeni de Souza Oliveira



Maria do Socorro



Diana Silva

epidemiologia e espera oportunidades de novas especializações. “O curso foi um divisor de águas na minha vida. Depois desse aprendizado, me encontrei. Tenho novas perspectivas e sonhos”, destaca.

Por sua vez, a egressa do curso Técnico em Enfermagem da ESP-CE, Diana Silva, coleciona três aprovações em concursos públicos. Quando aos 32 anos, ela conquistou o primeiro diploma, como auxiliar em enfermagem. O curso, realizado na escola por meio do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área da Enfermagem (Profae), no ano de 2001, lhe proporcionou a oportunidade de trabalhar como auxiliar no município de Horizonte, a cerca de 50 km da capital Fortaleza. À época, Diana prestou concurso estadual e foi aprovada para trabalhar no Hospital Geral Dr. César Cals, pela Secretaria de Saúde do Ceará (Sesa).

Na ocasião, ela decidiu fazer o curso complementar para técnico em enfermagem, concluído na ESP-CE em 2014. Antes mesmo de receber o diploma de técnica, a profissional de enfermagem se inscreveu, para o cargo de nível médio, no concurso federal da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares do Ceará (Ebserh-CE) e foi uma das aprovadas entre as 543 vagas ofertadas. “Foram mais de 12 mil inscrições só para este cargo”, recorda. Segundo a técnica, o curso foi fundamental em sua aprovação, reconhecendo ter sido a formação ofertada pela ESP-CE sua maior fonte de aprendizagem. “Trabalhando de dia e tendo aula à noite, eu não tinha tempo para estudar. Eu só tinha aquele momento em que eu estava na sala de aula”, lembra. Hoje, aos 47 anos, Diana trabalha no Hospital Dr. César Cals, pela Sesa, e no Hospital das Clínicas, pela Ebserh-CE. Em 2017, acrescenta a profissional, deverá formar-se no curso de Enfermagem pela Faculdade Maurício de Nassau.

■ Missão da escola

Instituição de ensino superior reconhecida pelo Conselho de Educação do Ceará, a ESP-CE foi criada em 22 de julho de 1993, sob a forma de uma autarquia vinculada à Secretaria da Saúde do Estado (Sesa). A escola, que tem como patrono o médico Paulo Marcelo Martins Rodrigues, nasceu do sonho de operacionalizar a política de educação permanente, a pesquisa e a extensão na área da Saúde, em busca de inovação e produção tecnológica, a partir das necessidades sociais e do SUS. A ESP-CE oferece cursos nas áreas de Atenção à Saúde, Vigilância da Saúde e Educação Profissional em Saúde, nos modelos de pós-graduação, técnicos, pós-técnicos, de atualização e de aperfeiçoamento, nas formas presencial, semipresencial e a distância.

A Educação Profissional é uma modalidade de ensino integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, às ciências e às tecnologias, direcionada para o aluno matriculado ou egresso dos ensinos médio ou superior e para trabalhadores em geral, jovens ou adultos, podendo integrar-se ou não ao ensino regular, em especial ao ensino médio. No campo da Educação Profissional em Saúde, a ESP-CE tem como público prioritário os trabalhadores do SUS, que atuam nas redes estadual e municipais de saúde do Ceará. Para tanto, exige que os candidatos aos cursos tenham o ensino médio completo ou em processo de realização. Além dos cursos programados, outras atividades de educação permanente, pesquisa e avaliação no âmbito da educação profissional são realizadas há anos. Entre os anos de 2011 e 2017, por exemplo, a escola terá formado cerca de 1.400 alunos, por meio de sua Diretoria de Educação Profissional em Saúde. ■

O tema da inclusão ganha destaque em momentos como a Paralimpíada, colocando em xeque a superação como forma de incluir a pessoa com deficiência.

Incluir é reconhecer todos e todas

capa

Julia Neves

O Rio de Janeiro recebeu em setembro de 2016 — mês em que se comemora o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência (21/9) — os Jogos Paralímpicos. As incríveis 239 medalhas da China e os 72 pódios da delegação brasileira guardam histórias muito especiais. Cada conquista — acompanhada de perto pela torcida anfitriã — remonta a trajetória de pessoas com deficiência que encontraram no esporte uma forma de inclusão social e traz à tona a discussão em torno do tema, muitas vezes adormecida em meio a tantas tensões da sociedade. São histórias vitoriosas, como a do nadador brasileiro Andre Brasil, um multimedalista nos Jogos Paralímpicos, que, aos dois meses de idade, foi diagnosticado com poliomielite (Paralisia Infantil), depois de uma reação à vacina, que servem de força motriz para o debate acerca da inclusão e do acesso aos direitos sociais.

Brasil, que tem deficiência na perna esquerda como seqüela da doença, passou a infância em hospitais, sendo submetido, até os oito anos, a sete cirurgias, várias terapias experimentais e muita natação como forma de fisioterapia. Seu maior desafio foi entender e se aceitar como indivíduo com algum tipo de deficiência. “O mais difícil foi compreender que meu corpo não era igual aos demais e que limitações me privariam de realizar algumas coisas. Porém, ao mesmo tempo, entender que precisaria me adaptar e seguir em frente foi a maior lição que a vida me trouxe”, revela o atleta, atualmente com 32 anos e mais de 50 medalhas na carreira. Ele não simpatiza com a palavra superação: “Nunca gostei. Todo mundo tem uma história de superação, seja deficiente ou não. Prefiro dizer que viver é uma grande oportunidade”.

Transformar para incluir

Segundo o Relatório Mundial sobre a Deficiência de 2012, a deficiência faz parte da condição humana. No Brasil, segundo o Censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estima-se que 23,9% das pessoas apresentem alguma deficiência — visual, auditiva, motora ou intelectual — e precisam ser compreendidas nas suas diversidades e necessidades individuais. Para Claudia Werneck, jornalista, escritora e fundadora da **Escola de Gente – Comunicação em Inclusão**, o que as pessoas com deficiência realmente superam é o mundo ao redor delas. “Não há como a gente continuar acreditando que, para a pessoa com deficiência ter valor, ela tem que se superar. Do ponto de vista humano, as pessoas são pessoas e ninguém tem que superar nada. Só se usa a palavra superação quando se fala em esporte ou pessoa com deficiência. É como se fosse necessário se superar, mas o maior problema que a pessoa enfrenta é o ambiente que está ao redor dela”, critica.

Fundada pela jornalista Claudia Werneck, em 2002, a Escola de Gente é uma organização não governamental (ONG), que atua em duas áreas estratégicas: a comunicação pela inclusão e a comunicação pelo direito à inclusão. São projetos e ações que colocam a comunicação a serviço da inclusão de grupos vulneráveis na sociedade, principalmente de pessoas com deficiência. A ONG trabalha, também, na qualificação da mídia e formadores de opinião, por meio da elaboração e distribuição gratuita dos Manuais da Mídia Legal, cursos a empresas e instituições e capacitação de jovens brasileiros, tornando-os multiplicadores do conceito e da prática da inclusão. Nesse contexto, destacam-se os projetos Encontros da Mídia Legal, Oficineiros da Inclusão e Os Inclusos e os Sisos - Teatro de Mobilização. A Escola de Gente já sensibilizou mais de 400 mil pessoas de 16 países das Américas, África, Oceania e Europa, além de contar com parceiros da sociedade civil, governos, Ministério Público da União, conselhos de direitos, cooperação internacional e empresas.

Na avaliação de Claudia, a Paralimpíada trata-se de um momento esportivo importante para um país, e não de um evento de inclusão social. Segundo ela, a verdadeira inclusão pelo esporte é, por exemplo, a criação de jogos inclusivos nas escolas. “É o professor criar um jogo de queimado com regras próprias que possa ter pessoas com ou sem deficiência jogando juntas”, exemplifica.

A escritora defende que usar o esporte para inclusão é transformar tudo relacionado ao esporte do dia-a-dia na própria inclusão. “Se as partidas de futebol não têm acessibilidade e audiodescrição, por exemplo, elas não são inclusivas”, descreve. A visão da educação pelo esporte, segundo Claudia, deve ser ampla, revolucionária e contemporânea, pois entende como as pessoas são e não como gostaríamos que fossem. “O que está por trás de tudo isso é um delírio coletivo de achar que a humanidade é de um jeito, mas na verdade é de outro”, atenta.

Para a pedagoga e professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Anakeila Stauffer, o esporte, inclusive o adaptado, deve estar presente nas aulas de Educação Física. Para ela, não basta educar o intelecto, é preciso educar também o corpo, assim como é importante pensar o trabalho como um princípio educativo. “Isto tudo tem que ser levado em consideração, com foco na educação integral do ser humano. Como estamos em uma sociedade de classes em que a inclusão se associa ao processo de globalização financeira, muitas vezes o esporte tem como base o mercado e, conseqüentemente, tomado por um caráter competitivo, e não formativo”, critica. Para ela, o esporte é oportunidade de estar com outros seres humanos e, ao mesmo tempo, quando inclusivo, respeita os limites e as possibilidades dos corpos. “Assim, a conscientização sobre o corpo, a aceitação de seus limites e possibilidades e o



Incluir pelo esporte implica entender como as pessoas são e não como gostaríamos que fossem.



respeito por si mesmo são dimensões importantes do processo pedagógico”, ensina Anakeila.

Sentidos da inclusão

O nadador Andre Brasil revela que sentir-se incluído na escola não foi algo tão simples como se possa parecer, em face de brincadeiras que os colegas faziam com ele. “Muitas vezes, eu queria esconder a minha deficiência usando calça comprida e, quando não podia, morria de vergonha”, lembra. Aos 21 anos, o atleta paralímpico entrou para o esporte adaptado e começou a competir. Apaixonado pela natação, ele observa o esporte não como uma forma de inclusão, e sim meio de educar, orientar, promover saúde e criar um cidadão de caráter. “Inclusão é fazer parte e se unir a algo. Então, definitivamente, o esporte é um meio, mas não o único. Temos que destacar a necessidade de acesso à saúde, à educação e ao lazer. A melhor forma de incluir é promover oportunidades”, define, acrescentando: “Uma bela metáfora seria dizer que o mundo poderia me ensinar a pescar ao invés de me dar o peixe pronto. Mas é preciso pensar de outra forma e perceber que todos têm, independente de suas condições, direito aos bens essenciais, como saúde e educação. Esse é o real sentido da inclusão”.

Doutor em Educação e professor universitário, Armando Nembri nasceu surdo, enfrentou a exclusão em escolas públicas e vários outros desafios. Com apoio de sua família e persistência, alcançou a formação universitária e passou em concursos profissionais. Durante 30 anos, ele desenvolveu a fala e, hoje, se comunica em

três línguas, tornando-se um dos primeiros surdos a fazer doutorado no Brasil. “Particularmente, tenho a convicção de que nenhuma abordagem educacional dará certo se não estiverem embutida de conhecimento, doses extras de amor e paciência”, constata. Para ele, a necessidade de incluir só existe porque há a exclusão. “Hoje, vislumbrando o mundo em que vivemos, percebe-se que o ser humano é, naturalmente, excludente. De tal forma que consegue compartimentar sua existência em religiões, partidos políticos, times de futebol, escolas de samba, entre tantas outras”, observa.

Para Armando, ser surdo em um mundo ouvinte é ter a certeza de que muito há para ser feito em relação a sua condição. “É procurar caminhos de inserção e de aceitação, compreendendo que todos somos partes desiguais de um todo. Ser surdo em um mundo ouvinte é, muitas vezes, compreender os ouvintes e não achá-los culpados por uma sensação de abandono que, vez por outra, nos atinge em cheio. Os ouvintes, em sua maioria, apenas desconhecem a nossa cultura e a nossa língua natal, que é motivo de orgulho para nós”, define.

Ele observa uma falta de iniciativa por parte das pessoas com surdez. “Sempre esperamos que os ouvintes tomassem a iniciativa da inclusão. Será que os incluímos em nosso mundo?”, questiona o professor, para quem é preciso encontrar formas mais adequadas de esclarecimento e convencimento. A solução para Armando é descobrir mecanismos mais eloquentes para a expressão de novas ideias. “Ser surdo em um mundo ouvinte é ter, sobretudo, o sonho de ser ouvinte um dia, da forma possível, mas respeitando a sua surdez”, conclui.

Incluir para educar

O tema da educação inclusiva ganha notoriedade em 1994, com a Conferência Mundial de Educação Especial. O encontro reuniu, à época, 88 países, incluindo o Brasil, e 25 organizações internacionais na cidade de Salamanca, na Espanha, sob o objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais, segundo o movimento de inclusão social. Não à toa que a Declaração de Salamanca é considerada um dos principais documentos mundiais que visam à inclusão, ao lado da Convenção de Direitos da Criança de 1988 e da Declaração sobre Educação para Todos de 1990. O documento afirma o princípio e traz à tona a discussão em torno da garantia da inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais e da tomada de seus lugares de direito numa sociedade de aprendizagem.

Para a Declaração de Salamanca, “o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter”. As escolas inclusivas, segundo o texto, “devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de

aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos por meio de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parceiras com a comunidade (...) Dentro das escolas inclusivas, as crianças com necessidades especiais deveriam receber qualquer apoio extra que possam precisar, para que se lhes assegure uma educação efetiva (...)”.

Paradigmas da inclusão

No cenário internacional, ainda, a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência, celebrado na Guatemala em maio de 1999, do qual o Brasil é signatário, veio reafirmar também a necessidade de se rever o caráter discriminatório de algumas práticas escolares mais comuns e mais perversas — a exclusão internalizada e disimulada pelos programas ditos compensatórios e à parte das turmas escolares regularmente constituídas, tais como as turmas de aceleração e outras, que acabam por responsabilizar o aluno pelo seu próprio fracasso na escola.

O texto da Convenção, no artigo I, nº 2, item a, deixa claro a impossibilidade de diferenciação com base na deficiência, definindo a discriminação como [...] “toda

Todas as crianças devem aprender juntas, orienta a Declaração de Salamanca.



Acevo Flickr



diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, o gozo ou o exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais”.

Outras leis ordinárias e decretos, bem como as resoluções e os pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE), constituem instrumentos essenciais para a inclusão, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) e do Plano Nacional de Educação (PNE, aprovado pela Lei nº 10.172/2001). Mas, somente em 2007, o Brasil construiu uma legislação nacional que defende mais radicalmente o paradigma de inclusão, com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva — documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. De acordo com Anakeila, tais políticas não são suficientes se não houver um orçamento viável para fazê-las acontecer: “Nada pode ser feito se não há vontade política e não modificarmos radicalmente a estrutura de nossa escola e a defesa espúria da meritocracia”.

A inclusão escolar, fortalecida pela Declaração de Salamanca e por leis anteriormente citadas, no entanto, não resolve todos os problemas de marginalização dessas pessoas, pois o processo de exclusão é anterior ao período de escolarização, iniciando-se no nascimento ou, exatamente, no momento em que aparece algum tipo de deficiência física ou mental, adquirida ou hereditária, em algum integrante da família. Isso ocorre em qualquer tipo de constituição familiar, sejam as tradicionalmente estruturadas, sejam as produções independentes e

congêneres e em todas as classes sociais, com um agravante para as menos favorecidas.

■ Classes excluídas

Crianças deficientes que residem na zona rural e em periferias das cidades enfrentam maiores dificuldades de atendimento educacional apropriado. Grande parte dos estudantes excluídos educacionalmente reside nas periferias das grandes cidades, onde são precárias as condições de moradia e de acesso a serviços públicos, inclusive os de segurança. Muitas delas são atormentadas pela violência, por confrontos entre grupos criminosos e as forças de segurança pública. As escolas, os professores e os alunos convivem com riscos permanentes, e são frequentes as interrupções das aulas. Ainda que seu enfrentamento extrapole a área da educação, exige dos sistemas de ensino políticas e ações apropriadas. “Discutir o processo de inclusão implica, também, falar sobre as desigualdades de uma sociedade de classes, onde se faz necessária a luta contra a exclusão social de grupos marginalizados — sejam étnicos, de crenças, gêneros diferentes, desempregados e, também, pessoas com deficiência”, observa Anakeila.

Para ela, há de se pensar a inclusão social universal e emancipatória. Isso, explica a pedagoga, significa compreender a urgência de se legitimar politicamente os derrotados, recolocando a necessidade de uma economia sustentada em outra categoria que não seja a exploração de muitos por poucos. “Neste momento histórico, não podemos deixar de pensar políticas que visem à redistribuição de renda e riqueza. Sob esta perspectiva, há que se criar estrutura de políticas universais de proteção social, ou seja, políticas públicas compromissadas com a emancipação social, política e econômica da população excluída”, defende.

Para os educadores, em geral, a inclusão implica aprofundar conhecimentos para a realização de intervenções adequadas e pontuais nos ambientes escolares, considerando as diferentes realidades das escolas na sua totalidade. Na avaliação de Anakeila, essa complexidade é encarada como um desafio, pois muitos profissionais da educação ainda estão ancorados em velhos paradigmas educacionais, dificultando e limitando suas ações no ambiente escolar. Imbuída pela perspectiva inclusiva, a educação precisa compreender o ser humano na sua totalidade, no sentido de transcender os limites impostos por uma percepção limitada e limitante, enraizada em dicotomias e na fragmentação do Ser. “A pedagogia como uma área de conhecimento é um campo do saber no qual esses conhecimentos estão sedimentados”, ensina Anakeila.

Problemas da inclusão

No Brasil, a política de inclusão no sistema de ensino público manifesta-se de forma inconsistente e disforme, apresentando diversas limitações, entre elas o número excessivo de alunos nas salas de aula, as dificuldades de acesso físico às escolas, a questão dos procedimentos de avaliação e encaminhamento para as escolas e classes especiais, a descontinuidade dos programas educacionais, as mudanças de governo acompanhadas da ausência de vontade política, os baixos salários dos professores, as salas de aula sem condições de trabalho (equipamentos e materiais), a desinformação, o despreparo e a não capacitação de recursos humanos (professores e funcionários), principalmente nos programas curriculares dos cursos de magistério e superior. Por esses e outros motivos, a temática da inclusão apresenta diversos obstáculos a serem transpostos.

Anakeila destaca que falar sobre inclusão e tornar o ambiente escolar o menos restritivo possível impõe não admitir a perda da qualidade do ensino. Por este motivo, acrescenta, “não se pode falar de uma escola pautada em parâmetros de avaliação ‘estandarizados’”. Nas palavras da professora, não há como admitir escolas onde os professores são rotativos ou precisam complementar seus salários trabalhando em mais de uma escola. “Não podemos admitir estar em escolas em que a vivência da democracia não se faça presente, em que a gestão pedagógica é realizada de forma centralizada e, muitas vezes, o projeto pedagógico é imposto de fora por empresas capitalistas”, critica.

Para Anakeila, não há ainda inclusão no Brasil, quando trata-se do ambiente escolar. “De fato, só aprendemos a lidar com as pessoas com deficiências se nos permitirmos viver e aprender com elas, questionarmos nossas certezas pedagógicas, nos instigarmos a estudar mais e aceitarmos que, antes de mais nada, ter acesso aos conhecimentos historicamente elaborados pela sociedade é um direito de todos e todas, independentemente se tem ou não alguma deficiência ou especificidade em seu desenvolvimento”, afirma.

O mesmo observa Claudia Werneck, para quem não é possível fazer inclusão só para um segmento, uma vez que a escola inclusiva não é aquela que tem pessoas com deficiência. “Na verdade, é aquela que dá conta da diversidade que existe naquele ambiente. Se a escola não dá conta de uma inclusão ampla em tudo que pode acontecer, porque são todos seres humanos, não há de fato uma educação inclusiva”, atesta. Claudia acredita que não existe inclusão de pessoas com deficiência. O que existe, segundo ela, é um sistema único que envolve transformações em todas as áreas, seja econômica, educacional e cultural. ■

Promover transformações em todas as áreas torna-se urgente.



Aperfeiçoamento em Educação Popular em Saúde inclui lideranças comunitárias, além dos agentes comunitários e de vigilância em saúde.

EdPopSUS mais ampliado

em rede

Ana Paula Evangelista

Contribuir com a implantação da Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, promovendo a qualificação da prática educativa de profissionais que atuam em territórios com cobertura da Atenção Básica. Foi com esse propósito que o Curso de Aperfeiçoamento em Educação Popular em Saúde (EdPopSUS) inaugurou, em dezembro de 2016, sua segunda etapa. A iniciativa, realizada na modalidade presencial, envolve sete mil alunos, distribuídos em 200 turmas pelo Brasil, promovendo a reflexão crítica sobre o próprio trabalho em saúde a partir de princípios, lógicas e ferramentas da educação popular. Fruto de parceria entre o Ministério da Saúde, por meio do Departamento de Apoio à Gestão Participativa da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (Dagep/Sgep), e a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), responsável pela coordenação executiva, o EdPopSUS II espera favorecer a atuação dos trabalhadores nos processos de conquista de direitos à saúde da população e no fortalecimento da participação social.

Enquanto a primeira etapa — realizada entre os anos 2013 e 2014 — envolveu, exclusivamente, os agentes comunitários de saúde (ACS) e os agentes de vigilância em saúde (AVS), a segunda dispõe de 30% das vagas para outros profissionais e lideranças comunitárias. “A inclusão desse novo público é fundamental por considerarmos que os saberes e as práticas em saúde não estão restritos aos profissionais e serviços de saúde. Além disso, a experiência acumulada por muitas lideranças comunitárias e militantes de movimentos sociais em educação popular certamente enriquecerá a troca entre os educandos, bem como a apropriação de suas práticas educativas no fortalecimento de ações de mobilização da população na luta pelos seus direitos”, justificou Vera Joana Bornstein, da equipe de coordenação nacional do projeto e do Laboratório de Educação Profissional em Atenção à Saúde da EPSJV. Além disso, esta etapa conta a gestão estadual de escolas da Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS), entre elas a Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG), a Escola de Formação Técnica em Saúde Prof. Jorge Novis (EFTS), o Centro Formador de Recursos Humanos da Paraíba (Cefor-RH-PB), a Escola Municipal de Saúde de São Paulo (EMS) e a Escola de Saúde Pública do Estado do Mato Grosso (ESP-MT).

Avanços e desafios

Com uma carga horária de 160 horas — 136 horas de atividades de classe e 24 horas de trabalho de campo —, na modalidade presencial, o EdPopSUS II tem como princípios o diálogo, a participação e a produção compartilhada. A duração prevista do curso é de quatro meses, com encontros semanais de oito horas. A proposta abarca 13 estados brasileiros: Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe.

O curso, organizado coletivamente por meio de oficinas que contaram com a participação de lideranças dos coletivos de educação popular em saúde, representantes das ETSUS, movimentos sociais e integrantes da primeira edição, apresenta seis eixos temáticos, divididos em momentos presenciais

e trabalhos de campo. O primeiro diz respeito à construção da gestão participativa do curso e à experiência como fio condutor do processo educativo. O segundo eixo, à educação popular em saúde no processo de trabalho em saúde. O eixo três trata do direito à saúde e da promoção da equidade. O quarto eixo, do território, do lugar da história e da memória. O eixo cinco aborda as participações social e popular no processo de democratização do Estado. Por fim, o sexto eixo trata do tema do território, do processo de saúde-doença e das práticas de cuidado. “É neste sentido que a educação popular em saúde, enquanto referencial teórico e prático, pretende atuar no espaço de diálogo entre comunidade e serviços de saúde, tendo os ACS, AVS e lideranças comunitárias como sujeitos primordiais do processo educativo”, esclareceu Irene Goldschmidt, da coordenação nacional.

O material didático desta segunda edição é composto por um guia com sugestão de atividades e um livro de textos de apoio. Os educadores populares docentes do curso, por sua vez, participaram de uma oficina de formação pedagógica, em seus respectivos estados, sob a coordenação da EPSJV, com carga horária de 40 horas e frequência obrigatória. Já a avaliação dos alunos, segundo explicou Marcelo Princeswal, da coordenação-geral do EdPopSUS II, será integrada ao processo educativo. “Mais importante que atribuir conceitos e notas que explicitem um poder e um controle, ensinamos constituir um processo de avaliação que contribua para a construção de conhecimentos sobre a educação — e, especialmente, sobre a educação popular em saúde”, explicou. Ao fim do processo formativo, serão certificados os alunos que obtiverem 75% de frequência e atingirem média final 6,0.

■ Antecedentes

Vista como importância estratégica para a construção do direito à saúde, a educação popular em saúde ganha força politicamente em 2013, quando foi instituída a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do SUS (Pnep-SUS), aprovada por proclamação pelo Conselho Nacional de Saúde, como produto de um processo dialógico de mais de dois anos. A Pnep-SUS, que contou com a participação de movimentos sociais e instâncias governamentais, tem como foco a valorização da formação, comunicação e produção de conhecimento, compreendendo a ressignificação e a criação de práticas que oportunizem a formação de trabalhadores e atores sociais em saúde na perspectiva da educação popular.

É, nesse contexto, que surge a proposta do EdPop-SUS, como estratégia prioritária do plano operativo da Política. Ainda na primeira edição do curso, foram envolvidos nove estados: Piauí, Pernambuco, Ceará, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. A formação abarcou, aproximadamente, 19 mil trabalhadores da saúde. A experiência tem como referência as muitas práticas educativas no campo da saúde pública comprometidas com a transformação democrática da realidade e com a superação das injustiças sociais. “Tais práticas enriqueceram e enriquecem o trabalho na saúde, no sentido não apenas de valorizar a participação popular, o controle social e a diversidade de formas de vida, mas também de organizar a luta política pelo direito à saúde”, sublinhou Ronaldo dos Santos Travassos, da equipe da comissão nacional e pesquisador do Laboratório de Educação Profissional em Atenção à Saúde da EPSJV. ■



ETSUS Maranhão
sedia curso de
informações e
registros em saúde,
por meio de parceria
com a EPSJV.

Informações e registros em saúde com mais qualidade

em rede

Ana Paula Evangelista

Em 2011, a Escola Técnica do SUS Dr^a. Maria Nazareth Ramos de Neiva (ETSUS Maranhão) dava início a uma parceria com a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), para a oferta de atividades na área de informações e registros em saúde. A associação das escolas resultou na assinatura de uma carta compromisso, em setembro de 2016, para a realização do Curso de Capacitação em Registro e Informações em Saúde, na modalidade atualização profissional, voltado para os trabalhadores da saúde de nível médio do estado. Coordenado pelo Laboratório de Educação Profissional em Informações e Registros em Saúde ([Lires](#)) da EPSJV, esta iniciativa — construída após reuniões com as equipes das ETSUS-MA e Secretaria de Estado de Saúde do Maranhão e visitas técnicas às unidades de saúde da rede para aproximar a proposta à realidade e às necessidades locais — foi materializada com as duas primeiras turmas, realizadas simultaneamente entre 28 de novembro e 2 de dezembro de 2016, no município de São Luís, com a participação de 52 alunos.

O objetivo do curso, que conta com recursos da Política de Educação Permanente em Saúde do Maranhão, é atualizar os trabalhadores do SUS quanto à capacidade de análise de informações em saúde e organização dos serviços de registros, visando à melhoria do sistema. A atualização pretende, também, contribuir para o fortalecimento das políticas públicas de saúde, com ênfase na Política Nacional de Informação e Informática em Saúde, de modo a consolidar e aperfeiçoar o SUS. “Acreditamos que o modo como os processos de trabalho estão organizados não favorecem a reflexão sobre suas práticas nas atividades desenvolvidas ao longo da sua jornada de trabalho”, observa Sergio Munck, coordenador do Lires/EPSJV. Ele esclarece que a proposta encontra justificativa na necessidade de aprimoramento da qualidade e do uso dos dados e das informações na gestão e na atenção à saúde, bem como do monitoramento e da avaliação das ações e serviços de saúde, com ênfase nas ferramentas epidemiológicas. “Por tudo isso, se faz necessário discutir e propor a atualização dos trabalhadores da saúde”, sublinha.

Novas turmas

No contexto da colaboração entre a ETSUS-MA e a EPSJV, estão previstas a realização de mais quatro turmas em 2017, envolvendo 150 trabalhadores dos municípios de Caxias, Imperatriz, Pinheiro e São Luís (duas). O curso, com duração de uma semana e carga horária de 48 horas — sendo 40 horas para as aulas práticas e teóricas, compreendendo o momento de concentração, e oito horas para a realização de atividades de trabalho



A atividade encontra justificativa na necessidade de aprimorar a qualidade e o uso dos dados em saúde.

online, destinadas ao período de dispersão —, busca abordar tudo o que diz respeito à área. Fazem parte da capacitação cinco títulos — Políticas públicas de saúde: o SUS e a Política Nacional de Informação e de Informática em Saúde; Informações e Registros em Saúde: conceitos básicos e uso da informação para compreensão do processo saúde-doença-cuidado; Indicadores de saúde; Gestão de documentos nos serviços de saúde: tipologias dos registros em saúde e aspectos éticos e legais relacionados aos registros e às informações em saúde; e Sistemas de informação em saúde: limites e potencialidades dos principais sistemas de informação. “Buscamos apresentar a temática da gestão de documentos e a tipologia dos registros

O Laboratório de Educação Profissional em Informações e Registros em Saúde da EPSJV, em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde do Piauí e o escritório técnico da Fundação Oswaldo Cruz no estado, promoveu, no segundo semestre de 2016, o Curso de Qualificação Profissional em Registro e Informações em Saúde. Com carga horária de 248 horas, a atividade aconteceu nas dependências do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Teresina (PI), contemplando 31 trabalhadores do SUS de diversos municípios piauienses, com a colaboração da professora Maria de Jesus Dias, gerente de Desenvolvimento e Qualificação do Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde Monsenhor José Luiz Barbosa Cortez (ETSUS Piauí). Os profissionais que atuam com a área de registros e informações em saúde foram selecionados por meio de um edital público.

em saúde, como prontuários, fichas de notificação, entre outros, discutindo as normas e as rotinas de trabalho na organização dos serviços de registros e informações em saúde”, destaca Fernanda do Nascimento Martins, pesquisadora da EPSJV.

Na percepção de Munk, o setor saúde vem absorvendo muitos trabalhadores sem a formação adequada e incorporando novas tecnologias de informação e comunicação sem a devida reflexão, além de, algumas vezes, atender aos interesses puramente privados e dissociados dos princípios norteadores do SUS. “Frente às novas demandas do SUS, como o processo de regionalização da saúde, a informação em saúde assume papel estratégico na gestão do sistema, exigindo trabalhadores capazes de compreender o processo de produção da informação como um todo e as possibilidades de seu uso”, ressalta.

Para Marcia Tereza Campos Marques, assessora de Gestão de Projetos da ETSUS Maranhão, o curso traz mudanças significativas na atuação profissional dos técnicos envolvidos com as informações em saúde. “Atualmente, são poucas as unidades de saúde que utilizam o prontuário digital, por exemplo, e é sabido que a qualidade do registro e a veracidade das informações mudam os indicadores de saúde do estado”, adverte. Ela observa que a proposta provoca um novo olhar sobre o que é gerado nas unidades de saúde. O mesmo pensa a diretora da ETSUS Maranhão, Dayana Dourado. A parceria entre as unidades integrantes da RET-SUS, segundo ela, já traz bons resultados. ▣

Profissionais do SUS retratam experiências e resultados de estudos no campo da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.

Os percursos do trabalho e da educação em saúde

trajetórias

Ana Paula Evangelista

As trilhas e os desafios da gestão do trabalho e da educação na saúde dá título ao livro organizado por Janete Lima de Castro, Rosana Lúcia Alves de Vilar e Nathalia Hanany de Oliveira. Trata-se de textos sobre trabalho e educação no contexto da saúde pública, marcando a retomada das atividades do Observatório de Recursos Humanos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), interrompidas em 2009. Fruto de parceria com o Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde (Degerts), da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (Sgtes) do Ministério da Saúde, e publicado pela Editora Una, o livro — disponível na versão digital (<https://drive.google.com/open?id=0B6t56Qr5LL4hTDcyRnFsOWxoZ3M>) — conduz aos caminhos da negociação permanente do trabalho em saúde, das discussões sobre saúde do trabalhador e do perfil do atual gestor da atenção básica, bem como à reflexão sobre a formação dos gestores no campo da saúde.

Em suma, os autores — profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) — retratam suas experiências e resultados de estudos no campo da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, buscando contribuir na capacitação dos trabalhadores do sistema. “É um livro para aqueles que insistem em trabalhar e produzir no espaço da gestão em saúde, ou seja, em um conjunto de atividades complexas voltadas para a qualificação e a valorização da força de trabalho”, definiu a doutora em educação Janete Lima de Castro, que é professora do Departamento de Saúde Coletiva e coordenadora do Observatório de RH da UFRN.

Em partes

No primeiro capítulo *A incorporação das dimensões de gênero e de raça nos processos de negociação do Sistema Único de Saúde: notas, reflexões e tendências*, as autoras Maraisa de Fátima Almeida e Rosana Lúcia Alves de Vilar discutem a inclusão das dimensões de gênero e de raça nos processos de negociação do SUS, elegendo como cenário de investigação a Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS. O texto é fruto do trabalho de conclusão da Especialização em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde da UFRN, elaborado por Maraisa, sob a orientação de Rosana.

Por sua vez, os dois capítulos seguintes — *Negociação do trabalho em saúde na gestão pública municipal* e *A Negociação coletiva: um estudo sobre as mesas de negociação do trabalho nos serviços de saúde no Brasil* — fazem uma análise sobre a atuação das mesas de Negociação do Trabalho nos âmbitos municipal e nacional. O capítulo dois é resultado do trabalho de conclusão do Curso de Graduação de Gestão em Sistemas e Serviços de Saúde, elaborado por Andriério Lopes Pereira Sobrinho e Nathalia Hanany Silva de Oliveira, com a participação da professora Lenina Lopes e sob a orientação de Janete de Castro. Os autores sublinham o significado de negociação coletiva, tomando como base a Convenção 154 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), adotada em 19 de junho de 1981, em Genebra. Já o terceiro capítulo,

As trilhas e os desafios da gestão do trabalho e da educação na saúde

Janete Lima de Castro
Rosana Lúcia Alves de Vilar
Nathalia Hanany Silva de Oliveira
(Organização)



de Janete de Castro, Lenina Lopes Soares e Jorge Luiz Castro, busca discutir a negociação coletiva do trabalho, identificando a situação de funcionamento das mesas de Negociação do Trabalho das secretarias de Saúde das regiões Nordeste e Sul do Brasil.

Condições de trabalho dos auxiliares de serviços gerais na perspectiva do Trabalho Decente dá título ao quarto capítulo do livro, que tem como autoras Anicélia Cristina de Oliveira, Daiany Oliveira Pitombeira e Janete de Castro. Fruto do trabalho de conclusão do Curso de Graduação de Gestão em Sistemas e Serviços de Saúde da UFRN, do qual Anicélia e Daiany foram alunas, sob a orientação de Janete, o texto busca investigar, à luz da Agenda Nacional de Trabalho Decente da OIT, as condições do trabalho dos auxiliares de serviços gerais de um Hospital Regional do SUS.

O capítulo cinco *Avanços e desafios da saúde do trabalhador no Brasil*, de Tatiana de Medeiros Carvalho Mendes, traz para o debate os conceitos básicos da área de Saúde do Trabalhador e sua aplicabilidade nos serviços de saúde, ressaltando a relação entre condições de trabalho e a saúde do trabalhador da saúde. A autora atenta para a necessidade de aproximação efetiva entre todos os órgãos que

tratam do tema da saúde do trabalhador, a fim de que se possa intervir nos processos de trabalho com foco na eliminação ou controle dos fatores de risco presentes nos ambientes.

O sexto capítulo, intitulado *Estudo acerca do perfil: uma contribuição para as políticas de valorização profissional*, é resultado de trabalho de conclusão do mesmo curso da UFRN. Elaborado por Rafael Rodolfo Tomaz de Lima, sob a orientação de Janete, o texto faz uma análise de quem é o gestor da atenção básica, quais são as suas dificuldades, competências e habilidades exigidas para o desempenho de suas funções.

No capítulo sete, *Formação e educação permanente em saúde: desafios pedagógicos para um modelo de atenção integral no Brasil*, a autora Ana Tânia Lopes Sampaio tem como foco as práticas educativas das instituições de ensino no campo da saúde, focalizando o descompasso existente entre a formação que temos e a formação que necessitamos para o SUS.

O oitavo capítulo *Educação Permanente: o trabalho em saúde e os seus pressupostos*, de Jônia Cybele Santos Lima, Aldenísia Alves Albuquerque Barbosa, Rossana Mota Costa, Flávia Christiane de Azevedo Machado e Jane Suely de Melo Nóbrega, evidencia o conceito, o objetivo e os eixos norteadores da educação permanente em saúde. As autoras enfatizam a mudança na formação acadêmica dos profissionais de saúde em prol de uma aprendizagem significativa como elemento fundamental para a melhoria da qualidade dos serviços de saúde.

Este é seguido pelo capítulo nove *A tutoria e os desafios da formação de pessoal na área de gestão do trabalho e educação na saúde: a face pedagógica do SUS*, de Marcio Lemos Coutinho e Bruno Guimarães de Almeida, no qual a educação a distância é abordada como modalidade de ensino que está sendo adotada pela gestão do SUS como uma estratégia para ampliar o acesso dos trabalhadores aos processos de capacitação.

Por fim, os capítulos 10 e 11, *Formação, perfil, atuação e o mundo do trabalho do bacharel em Saúde Coletiva: uma nova profissão*, elaborado por Alba Regina Silva Medeiros, Lidianni Cruz Souza, Luan Cuiabano Arruba e Tuanny Karen Souza Ramos, e *O desafio de formar profissionais para o Sistema Único de Saúde do Brasil*, escrito por Janete Lima de Castro, Dyego Leandro Bezerra de Souza, Mauricio Roberto Campelo de Macedo, Ana Tania Lopes Sampaio, Isa Maria Hetzel de Macedo, Thais Paulo Texeira Costa, Karla Aparecida Rodrigues dos Santos e Rafael Rodolfo Tomaz de Lima, realçam o tema da graduação em saúde coletiva. "Esperamos que a publicação consiga conversar com muitos leitores e que ampliemos o leque de autores em um projeto futuro", acentuou Janete. ▣

ESP-PE promove curso para auxiliares e técnicos em saúde bucal

A Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco (ESP-PE) inaugurou, nos dias 8 e 9 de julho de 2016, o curso de Aperfeiçoamento em Atenção e Cuidado à Saúde Bucal. A formação, com uma turma na 10ª Regional de Saúde (Afogados da Ingazeira) e outra na 6ª Regional de Saúde (Arcoverde), envolve auxiliares e técnicos em saúde bucal que integram as equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) e os centros de especialidades odontológicas (CEO) das regionais de Saúde.

O curso, cuja carga horária é de 180 horas, está dividido em três módulos teóricos, abordando os temas do acolhimento humanizado, do fortalecimento da equidade dentro de uma prática clínica pautada na biossegurança, do controle de infecção e da sustentabilidade na atenção à saúde bucal. O objetivo é qualificar os trabalhadores de nível médio das equipes de saúde bucal sob a perspectiva das transformações das práticas e melhoria na atenção e cuidado à saúde bucal da população.

Sexta edição da Expoesp é realizada na ESP-CE

A cidade de Fortaleza vivenciou, de 17 a 19 de agosto de 2016, a troca de experiências de diversas produções técnicas e científicas. Tratou-se da 6ª Expoesp: compartilhando aprendizagem, realizada pela Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE), em parceria com a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap). Paralelamente, foram promovidas a 5ª Mostra de Saberes da Educação Profissional em Saúde, com foco na valorização da formação profissional técnica em saúde, na promoção de um balanço das competências desenvolvidas em cada um dos cursos e na apreciação da formação profissional técnica na saúde, e a 1ª Mostra de Residências Multiprofissionais em Saúde do Ceará, trazendo trabalhos científicos e apresentações de casos bem sucedidos nos cenários de prática dos residentes. O evento contou, também, com a Tenda de Saberes, com manifestações culturais, poesia e música.

Etsal inaugura Técnico em Hemoterapia

A Escola Técnica de Saúde Professora Valéria Hora (Etsal), em Alagoas, após uma década de espera, deu início, em abril de 2016, ao curso Técnico em Hemoterapia, envolvendo 60 alunos dos municípios de Maceió e Arapiraca. A proposta é financiada pelo Ministério da Saúde, seguindo orientação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação (MEC). São 1.620 horas de aula, sendo 1.200 horas de concentração (teoria) e 420 horas de dispersão (prática).

ESP-MG qualifica trabalhadores da saúde mental



Acervo ESP-MG

A Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG) concluiu, no dia 15 de julho de 2016, mais uma turma da Oficina de Ação Educacional para a Formação de Trabalhadores da Rede de Atenção Psicossocial (Raps), em parceria com a Coordenação de Saúde Mental da Secretaria de Estado da Saúde do Estado de Minas Gerais (SES-MG). O objetivo da proposta foi promover a educação permanente de profissionais de diferentes pontos da Raps de Minas Gerais, com foco no desenvolvimento de práticas de atenção a pessoas com transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas no SUS. O projeto pretende capacitar, ainda, 504 trabalhadores de diversos pontos da Rede. Em 2015, foram realizadas cinco turmas, contribuindo para a formação de 200 profissionais. Os alunos são trabalhadores do SUS que atuam no campo da saúde mental de 132 municípios mineiros.

ETSUS Pará promove curso para conselheiros de Saúde

A Escola Técnica do Sistema Único de Saúde Dr. Manuel Ayres, vinculada à Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará (Sespa), deu início, no dia 28 de setembro de 2016, ao curso de Qualificação de Conselheiros Estaduais de Saúde. Participaram desta atividade, cuja carga horária foi de 64 horas de aulas teóricas, distribuídas em quatro unidades temáticas, 20 representantes do controle social, lotados nos municípios de Belém, Barcarena, Jacundá, Igarapé-Miri, Abaetetuba e Castanhal, participam da atividade. As aulas foram promovidas em dois dias por mês, até o dia 29 de dezembro.

Entre os objetivos do curso destacam-se o fortalecimento do controle social, orientando os conselheiros de saúde quanto a suas competências e atribuições e ampliando o conhecimento acerca do Sistema Único de Saúde (SUS) no que tange à estrutura, ao funcionamento, às diretrizes e às políticas públicas. O diretor da ETSUS-PA, Raimundo Sena, inaugurou a formação, abordando nos dois primeiros dias de aula as legislações do SUS e o conceito de controle social.

ESP-MT expõe experiência de formação indígena na China

A Escola de Saúde Pública do Mato Grosso (ESP-MT) apresentou na 9ª Conferência Global sobre a Promoção de Saúde, realizada em Xangai, na China, de 21 a 24 de novembro de 2016, a experiência de formação profissional de dezessete indígenas, por meio do curso de Auxiliar em Saúde Bucal. Selecionada pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), a atividade foi considerada pioneira no Brasil e, por meio da ESP-MT, fez a diferença no processo de qualificação desses profissionais, bem como na melhoria da qualidade de vida e saúde da população indígena do estado.

A formação aconteceu entre 2013 e 2014, suprimindo a necessidade que as comunidades tradicionais tinham em relação à atenção em saúde bucal. Muitos já desenvolviam ações de odontologia sem a devida qualificação, tomando decisões que requeriam ações articuladas entre os conhecimentos tradicionais de cada povo e da medicina não indígena. A ESP-MT ofertou o curso para os indígenas das etnias Bakairi, Bororo, Chiquitano, Enawê-nê-Nawê, Guató, Irantxe, Myky, Nambikwara, Paresi e Umutina.

A qualificação dos auxiliares em saúde bucal indígena teve como propósito redesenhar o quadro de atenção à saúde bucal dos povos indígenas no Mato Grosso e de sua possível inclusão no serviço, possibilitando o deslocamento do foco de atenção odontológica centrada na doença (curativa/individual) para a construção de estratégias pautadas na promoção da saúde (prevenção/coletivo), buscando dar respostas quanto às situações de agravamento, e intensificando o trabalho preventivo e de promoção da saúde. O turma piloto recebeu financiamento do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (Profaps) do Ministério da Saúde.

ETSUS-RS qualifica enfermeiros em imunizações

A Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul (ESP-RS), por meio de sua Escola Técnica do SUS (ETSUS), realizou no dia 15 de julho de 2016 a cerimônia de entrega dos certificados do curso de Qualificação em Imunizações, em Porto Alegre. Realizado em parceria com o Centro Estadual de Vigilância em Saúde da Secretaria Estadual da Saúde, a formação buscou qualificar como multiplicadores os enfermeiros na área de imunizações. Esses profissionais irão formar os técnicos em enfermagem que atuam no âmbito da atenção básica e da gestão do Programa de Imunizações dos municípios que compõem as 19 coordenadorias regionais de Saúde (CRS).

Escola de Iguatu conclui aperfeiçoamento em HIV

A Escola de Saúde Pública de Iguatu (Espí), no Ceará, finalizou, no dia 12 de agosto de 2016, o curso de Enfrentamento à Epidemia da Aids na População LGBT. O aperfeiçoamento, com 40 horas de aula, envolveu os profissionais de saúde que atuam no Sistema Único de Saúde (SUS) do estado, buscando contribuir para o fortalecimento das ações de vigilância e enfrentamento da epidemia de HIV/aids. O curso surgiu da necessidade de ampliar o cuidado das pessoas que vivem com o vírus e desenvolver práticas de saúde transformadoras, reflexivas, propositivas e articuladas com a sociedade.



Acervo Espí-CE

ETSUS-RS realiza terceira edição da Qualificação em Imunizações no estado

A Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul, por intermédio de sua Escola Técnica do SUS, inaugurou, no dia 31 de agosto de 2016, com uma aula sobre o Programa Nacional de Imunizações, mais uma turma da Qualificação em Imunizações, destinada a profissionais que atuam na área da enfermagem, entre eles auxiliares, técnicos e enfermeiros da atenção básica à saúde. A terceira edição do curso aconteceu em parceria com as coordenadorias regionais de Saúde do estado e o Núcleo de Imunizações do Centro Estadual de Vigilância em Saúde (Cevs). A proposta contou com 94 alunos inscritos, entre auxiliares e técnicos em enfermagem, e 51 enfermeiros, que serão os multiplicadores do conteúdo.



Acervo ETSUS-RS

ESP-MG realiza nova edição de curso em Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde

A Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG) promoveu durante o ano de 2016 a segunda edição do Curso de Especialização em Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde (Cegtes). No dia 12 de agosto de 2016, os alunos participaram da disciplina *Valorização do trabalhador do SUS: política de humanização e saúde do trabalhador*, ministrada pela servidora Daniene Santos, do Núcleo de Redes de Atenção à Saúde da ESP-MG, que abordou as diretrizes da Política Nacional de Humanização (PNH), com foco na dimensão da valorização do trabalhador do SUS. No dia 17, a escola recebeu a mestre em Educação e pesquisadora em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz), Neuza Moysés, coordenadora nacional do Cegtes.

Vale citar que a especialização, que tem o apoio dos conselhos nacionais de Secretários de Saúde (Conass) e Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), pretendeu formar gestores especialistas na área da gestão do trabalho e da educação em saúde, com base em três eixos fundamentais: Políticas Públicas e Gestão do Trabalho e Educação em Saúde; Gestão da Educação na Saúde; e Gestão do Trabalho e Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) nos estados e municípios brasileiros.



Acervo ESP-MG

Etesb promove curso de administração de medicamentos

A Escola Técnica de Saúde de Brasília (Etesb) promoveu, de 12 a 21 de setembro de 2016, o curso de Administração de Medicamentos para auxiliares e técnicos em enfermagem da comunidade. As aulas, que aconteceram sempre das 8h às 12h, teve como objetivo atualizar os profissionais de enfermagem na administração de medicamentos, com novos conhecimentos na área, habilidades e atitudes para o exercício de práticas na assistência à saúde.

Politecnia esteve no centro de evento comemorativo dos 30 anos da EPSJV

Dialogar sobre as diferentes perspectivas de compreensão e prática da politecnia nos processos formativos da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV). Este foi o objetivo do 2º Seminário Temático da unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e integrante da Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS), realizado no dia 14 de setembro de 2016, no Rio de Janeiro. O evento, que deu continuidade às comemorações dos 30 anos da EPSJV, contou com a participação do professor José Rodrigues, da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), que discorreu sobre a temática Contemporaneidade da Politecnia.

Para Rodrigues, a pergunta que os trabalhadores devem se fazer é se querem, coletivamente, fazer uma educação de combate ao capital. “Qual tipo de combate que queremos dar ao capital via educação escolar? Há várias formas de enfrentar o capital e, para efeito da atividade escolar, não precisamos pensar a revolução, porque não se trata de um partido político e nem revolucionário. É preciso estudar o que foi escrito, as experiências que estão sendo feitas, inclusive as da própria escola, e submeter à crítica. Isso pressupõe coragem e disponibilidade de militância, capaz de entregar seu trabalho à crítica para não virar a crítica”, destacou.

O professor lembrou o filósofo e sociólogo Karl Marx e resumiu: “Politecnia é um termo que aparece nos escritos do Marx, quando ele define o que entende por educação. Se eu concordo com a concepção de Marx, então politecnia é uma concepção pedagógica, não é uma concepção didática”. Segundo Rodrigues, a didática é tradicionalmente entendida como um conjunto de técnicas de ensinar, mas nenhuma técnica de nenhuma atividade humana é neutra, o que não quer dizer que ela não possa ser refuncionalizada. “É possível dentro de alguns limites. Educação, que eu posso chamar de politecnia, é uma concepção ampla. E Marx, que não era um educador, não pensou na didática da coisa”, finalizou.



Arquivo EPSJV/RJ

EPSJV discute integração entre ensino, pesquisa e cooperação

Pensar a integração ensino-pesquisa-cooperação na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV). Esse foi o objetivo do 3º Seminário Temático da unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz e integrante da Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS), realizado em 4 de outubro de 2016, no Rio de Janeiro. A partir de algumas reflexões — se a escola adota a pesquisa como princípio educativo, é referência na formação docente de nível técnico, todos fazem e discutem educação profissional, são pesquisadores-docentes, as pesquisas alimentam as práticas de ensino e a instituição colabora para a melhoria dos processos de trabalho em saúde —, e das apresentações da professora Regina Henriques, da Sub-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e da coordenadora da Pós-Graduação da EPSJV, Virgínia Fontes, os trabalhadores da EPSJV discutiram os processos de cooperação entre a escola, as instituições formais de ensino, os movimentos sociais e os serviços de saúde, as estratégias, metodologias e tecnologias para dar seguimento aos projetos educacionais da escola, a preparação docente para a proposta pedagógica da escola, os objetos de interesse de pesquisa e as atividades de pesquisa que estão a serviço da integração com o serviço.

Para Regina, que abriu a mesa de debate falando sobre a integração da extensão na universidade com o ensino e a pesquisa, a extensão universitária é um termo que já tem certa maturidade de existência, mas na forma concreta ainda guarda uma diversidade e uma dificuldade de entendimento do que de fato significa extensão. “O ponto de partida é pensar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e cooperação e entender o que cada um desses eixos significa de fato no cotidiano dessas instituições”, orientou, destacando que a indissociabilidade entre os eixos é uma utopia.

Virgínia Fontes observou que, a despeito de a EPSJV ser menor que a universidade, ela tem possibilidades distintas de fazer ensino, pesquisa e cooperação. “Isso porque a escola tem uma intencionalidade, foi construída em debates como esse, completamente diferente da universidade”, destacou. Segundo ela, é disso que resulta a proposta de politecnia, cuja base teórica tem um lado na vida social. “Não é uma escola para formar mão de obra, mas sim seres humanos em sua plenitude”, explicou.

A professora da EPSJV elencou três desafios que a escola deverá enfrentar quando se trata do eixo Ensino-Pesquisa-Cooperação. O primeiro, citou, é formar permanentemente os seus próprios quadros. “A escola faz, mas precisa ver mais o que faz”, sublinhou. O segundo desafio é a construção de uma unidade na diversidade. “A escola, como qualquer outra instituição pública, é uma instituição diversa e que não vai necessariamente atuar com homogeneidade em todas as direções”, alertou. Para Virgínia, é muito importante que a informação das atividades que unem ensino, cooperação e pesquisa circulem e façam parte desses processos de formação interna. O terceiro desafio, em sua análise, diz respeito à consolidação de vínculos orgânicos e horizontais com movimentos sociais. “É ter um vínculo mais orgânico com a classe trabalhadora e suas formas de organização”, explicou.

ESP-MG promove nova turma da Especialização em Saúde Pública

Saúde universal: dilemas, desafios e perspectivas do SUS na atualidade deu título ao Seminário de Abertura da Especialização em Saúde Pública, promovida pela Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG) desde 1947. A atividade de abertura do curso, realizada no dia 29 de agosto de 2016, reuniu os 35 alunos — dos municípios de Belo Horizonte, Brumadinho, Camacho, Carmópolis de Minas, Contagem, Itabira, Itaúna, Nova Lima, Onça do Pitangui, Várzea da Palma, Sabará, Diamantina, Ribeirão das Neves e Sete Lagoas —, além de trabalhadores da escola e representantes da Secretaria Executiva da Rede Brasileira de Escolas e Centros Formadores em Saúde Pública (RedEscola), da qual a ESP-MG também faz parte e conta com recursos para a execução da proposta.



Acevo ESP-MG

Efos tem nova sede

A Escola de Formação em Saúde (Efos), em Santa Catarina, celebrou, em 23 de setembro de 2016, a inauguração de sua nova sede. A estrutura conta com uma área de 2,5 mil m², fruto de uma obra de ampliação e aquisição do mobiliário que custaram R\$ 2,8 milhões garantidos por meio de parceria entre Secretaria de Estado da Saúde e Ministério da Saúde. As instalações foram distribuídas em cinco andares, comportando quatro salas de aula, uma sala para esterilização de material e expurgo, laboratório de enfermagem com unidades de UTI, cirúrgica, médica, pediátrica, ginecológica e obstétrica, laboratórios odontológico e de informática, biblioteca, salas para professores, gerência e divisões pedagógica, técnica e administrativo, entre outros ambientes. A escola traz, também, acesso e banheiros para pessoas com deficiência em todos os andares do prédio. “A equipe da Efos trabalhou muito para concretizar a conclusão dessa obra, demonstrando um espírito público de compromisso com a saúde do nosso estado”, declarou o secretário de saúde, João Paulo Kleinübing.

Fundada em 9 de julho de 1993, a Efos já formou e capacitou aproximadamente 23 mil trabalhadores por meio de cursos de qualificação voltados aos trabalhadores do SUS. Atualmente, a escola promove três turmas do curso Técnico em Enfermagem e uma turma da Especialização Técnica de Nível Médio em Urgência e Emergência. Em outubro, a escola iniciou o Aperfeiçoamento em Saúde Mental.

Alunos da ESP-CE propõem projeto de atenção à saúde do trabalhador

Os alunos do curso Técnico em Vigilância em Saúde (CTVS) da Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE) apresentaram, em julho de 2016, o Projeto Atitude na Saúde do Trabalhador, como parte da segunda etapa do estágio supervisionado do curso realizado, em Aracati, pela Diretoria de Educação Profissional em Saúde (Dieps). Formada por dez alunos, a equipe desenvolveu uma pesquisa que tinha como principal foco a identificação do perfil da saúde dos profissionais da saúde do município. Sob a orientação da fisioterapeuta Louise Myrella Santos, o grupo entrevistou 98 pessoas de cinco unidades básicas de saúde da sede municipal e, a partir da análise dos dados, concluiu que, apesar da preocupação dos entrevistados em cuidar dos seus pacientes, o mesmo não acontece quando se trata da saúde de si próprio.

O trabalho implicou ações de melhoria da qualidade de vida do trabalhador. Com apoio do Núcleo de Apoio à Saúde da Família e do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador, os alunos promoveram no dia 13 de julho de 2016, na UBS do bairro Campo Verde, no centro de Aracati, testes rápidos de glicemia, cálculos do Índice de Massa Corporal (IMC), seguidos por aconselhamentos e aferição da pressão arterial. Os resultados coletados foram anotados nos chamados Cartões de Avaliação da Saúde do Trabalhador, também criados pelos alunos, e os mesmos serão reavaliados trimestralmente.

A nutricionista Luciana Santos abordou o tema da alimentação saudável e das atitudes que contribuem para isso. Já a educadora física Maria Ferreira falou sobre lesões por esforço repetitivo e propôs a prática de ginástica laboral com a participação de todos os presentes. O aluno Wellington Rocha, por fim, tratou da importância do uso de equipamentos de proteção individual. Supervisora pedagógica do curso, Francinete Gomes observou que a iniciativa estimula a melhoria da qualidade de vida dos profissionais e, conseqüentemente, da população que utiliza os serviços do Sistema Único de Saúde (SUS).

EPSJV é contra reforma do Ensino Médio

Unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz responsável pela coordenação e execução das atividades de ensino, pesquisa e cooperação técnica na área da educação profissional em saúde e integrante da Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS), a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) promoveu, no dia 29 de setembro de 2016, um ato contra a Medida Provisória nº 746/16, proposta pelo Ministério da Educação, que institui uma reforma do Ensino Médio. O evento contou com a participação de Gaudêncio Frigotto, professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e de representantes do Grêmio Politécnico, da Associação dos Estudantes Secundaristas do Estado do Rio de Janeiro, da Associação Municipal dos Estudantes do Rio de Janeiro e da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior.

Na abertura, o diretor da EPSJV, Paulo César de Castro Ribeiro, observou que a MP abre portas para que os recursos do fundo nacional da educação sejam também apropriados pela iniciativa privada. "A proposta segue na contramão do que deva ser o fortalecimento da educação pública", defendeu, lendo em seguida uma nota de repúdio da EPSJV à reforma do Ensino Médio (<http://www.epsjv.fiocruz.br/nota-de-repudio-a-reforma-do-ensino-medio>). Por sua vez, o integrante do Grêmio Politécnico Yago Romero avaliou que o que está em jogo é a tentativa das classes dominantes de minguar as potencialidades da classe trabalhadora. "Nós, estudantes, estamos acostumados a ouvir que a educação é o caminho para a melhoria de vida. Mas o que significa essa melhoria de vida: pertencer a essa classe dominante ou desconstruí-la e retirar seu espaço de privilégio?", questionou, afirmando que a MP implica ataque direto a um direito constitucional.

O professor Gaudêncio Frigotto, que participou da criação e da concepção de educação integrada defendida e praticada pela EPSJV há 30 anos, enumerou vários aspectos negativos que a medida traz. Segundo ele, a MP liquida por completo o ensino médio integrado e o direito social e subjetivo desta modalidade de ensino como educação básica. "Essa MP é uma afronta à LDB [Lei de Diretrizes e bases] e ao Estado de Direito", refletiu, chamando atenção para as determinações que, historicamente, negam o acesso ao ensino médio a 85% dos jovens. "Acho que estamos em um momento de desobediência civil e quem pode barrar isso é um grande movimento dos jovens", acrescentou. Para Frigotto, a luta contra esse atraso se dá em várias frentes, observando que a "burguesa nunca se negou a instruir, apenas nunca quis educar".. "Gramsci dizia que a escola é problema de professor, de currículo etc. Mas a escola só muda quando passa a ser problema da sociedade", sublinhou, fazendo referência ao filósofo marxista, jornalista, crítico literário e político italiano Antônio Gramsci.

O professor lembrou que o ensino médio é o momento em que os jovens recebem os instrumentos para ter sua base científica, cultural e técnica para se posicionar na vida política, lutar pelos seus direitos e enfrentar o mundo da produção. Por isso, afirmou, "é tão importante que o ensino médio seja amplo, para possibilitar uma escolha embasada. "O ensino médio integrado, com base na Ciência, no Trabalho e na Cultura, como acontece na EPSJV, não tem nada a ver com a profissionalização precoce, por meio da qual o jovem ao escolher uma área restrita, só poderá seguir por aquele trilho", explicou, ressaltando que o problema não está na escolha, mas na restrição da área, sem ao jovem conceder uma base, como assim propõe a MP. "A maioria, por exemplo, não pode escolher medicina mesmo que queira, porque não tiveram a base para concorrer com seus colegas. Se não há base, retroagimos à ditadura", concluiu.

ETSUS Blumenau inaugura curso em desastres naturais

A Escola Técnica do SUS de Blumenau promoveu, em 23 de agosto de 2016, a aula inaugural do Curso de Agentes Locais em Desastres Naturais. Coube ao professor Carlos Machado Freitas, da Escola de Saúde Pública Sérgio Arouca, unidade da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), discorrer sobre o tema *Desastres naturais, territórios e o papel do setor saúde*. O curso, ministrado pelos docentes da ETSUS Blumenau, envolveu agentes comunitários de saúde, de vigilância em saúde e da Defesa Civil do município, totalizando novecentos alunos. A formação tratou da educação ambiental, envolvendo as consequências dos desastres naturais, bem como visa ao planejamento de ações para a prevenção de novas ocorrências relacionadas aos impactos que podem ser sentidos no ambiente e na saúde da população.



Arquivo ETSUS Blumenau-SC

Etesb dá continuidade à formação de agentes comunitários

A Escola Técnica de Saúde de Brasília (Etesb) realizou, no dia 12 de agosto de 2016, a solenidade de abertura dos cursos de formação em agentes comunitários de saúde (ACS), realizados em parceria com a Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF). As turmas de 2016 são de São Sebastião, Paranoá e Sobradinho, totalizando 120 alunos em formação. A diretora da Etesb, Ena Galvão, destacou que a iniciativa marca a participação da instituição no Projeto Brasília Saudável, cujo objetivo é triplicar a cobertura de atenção primária à saúde no DF. Ainda no contexto do Projeto Brasília Saudável, a Etesb iniciou, em setembro, a Especialização Técnica em Saúde da Família. O curso envolve os técnicos em enfermagem e de saúde bucal que atuam nas equipes de Estratégia Saúde da Família.

ESP-MG sedia debate sobre drogas e políticas públicas

A Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG) recebeu, no dia 22 de agosto de 2016, o Seminário Regional Sudeste - Drogas e Políticas Públicas: pensamentos para práticas cidadãs. A atividade, promovida pelo Projeto Redes — desenvolvido pela Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (VPPAS/Fiocruz), Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad) do Ministério da Justiça e ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social —, reuniu trabalhadores das áreas da saúde, educação e defesa social que fazem interface com a saúde mental dos municípios de Belo Horizonte, Betim, Contagem, Governador Valadares, Itaúna, Juiz de Fora, Ribeirão das Neves e Uberaba.

Trabalhadora da ESP-MG, do Núcleo de Redes de Atenção à Saúde, Daniene Santos observou que os direitos constitucionais dos cidadãos brasileiros estão sendo usurpados em face do desmonte do Sistema Único de Saúde (SUS) e da reprodução de preconceitos nos serviços de saúde contra a população negra e pobre. “É preciso fomentar discussões sobre o SUS para evitar a exclusão social em todos os sentidos dos usuários de drogas e reforçar que o sistema de saúde é uma conquista do povo brasileiro”, sublinhou. Por sua vez, a coordenadora da Saúde Mental da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG), Marta Elizabeth, discorreu sobre o atual cenário no estado em relação às comunidades terapêuticas. Segundo ela, os recursos públicos são direcionados a tratamentos baseados em questões religiosas em detrimento à proposta da redução de danos. “Estamos fiscalizando esses espaços e encontramos, em muitos deles, violações severas de direitos humanos, além de outras irregularidades”, denunciou. Em sua avaliação, os profissionais de saúde têm pela frente o desafio de construir redes de referências em saúde mental.

Benefícios da inclusão

A pesquisa *Os benefícios da educação inclusiva para estudantes com e sem deficiência*, divulgada no dia 3 de dezembro de 2016, data instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU) para celebrar o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, confirma que estudar em ambientes que valorizam a diversidade promove efeitos benéficos em pessoas sem deficiência. Realizada pelo Instituto Alana e a ABT Associates, sob coordenação de Thomas Hehir, professor da Harvard Graduate School of Education, reunindo mais de 89 estudos, a partir da revisão de 280 artigos publicados em 25 países, essa análise revela que pessoas sem deficiência que estudam em salas de aula inclusivas têm opiniões menos preconceituosas e são mais receptivas às diferenças.

Quanto aos benefícios para as pessoas com deficiência, a pesquisa atesta que estudantes incluídos desenvolvem habilidades mais fortes em leitura e matemática, têm maiores taxas de presença, são menos propensos a ter problemas comportamentais e estão mais aptos a completar o ensino médio, comparado com estudantes que não são incluídos. Entre as crianças com síndrome de Down, há evidências de que a quantidade de tempo passado com os colegas sem deficiência está associada a uma variedade de benefícios acadêmicos e sociais, como uma melhor memória e melhores habilidades de linguagem e alfabetização. A inclusão, segundo o estudo, traz reflexos positivos também na idade adulta, já que alunos com deficiência que foram incluídos são mais propensos a fazer um curso superior, pertencer a um grupo de amigos, encontrar um emprego ou viver de forma independente.

Fica comprovado que a convivência com a diversidade pode promover melhorias nas práticas de ensino que beneficiam todos, já que a inclusão efetiva de um estudante com deficiência exige que professores e administradores escolares desenvolvam capacidades para apoiar as necessidades individuais de todos os alunos, não apenas daqueles com deficiência. “No entanto, muitos estudantes com deficiência ainda lutam para acessar programas inclusivos eficazes”, sublinha o estudo. A íntegra da pesquisa está disponível em http://alana.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Os_Beneficios_da_Ed_Inclusiva_final.pdf

AC - Acre

Escola Técnica em Saúde Maria Moreira da Rocha
(68) 3227-2716 / 3226-7330 . escoladesaude.educacao@ac.gov.br . www.idep.ac.gov.br

AL - Alagoas

Escola Técnica de Saúde Profª Valéria Hora
(82) 3315-3403 . etsal@etsal.com.br . www.etsal.com.br

AM - Amazonas

Escola de Formação Profissional Enfermeira Sanitarista Francisca Saavedra
(92) 3878-7620 . etsus_saavedra@yahoo.com.br . www.cetam.am.gov.br

AP - Amapá

Centro de Educação Profissional Graziela Reis de Souza
(96) 3212-5175 . grazielareis2010@bol.com.br

BA - Bahia

Escola de Formação Técnica em Saúde Prof. Jorge Novis
(71) 3356-0811 / 0810 . sesab.efts@saude.ba.gov.br
www.saude.ba.gov.br/efts

CE - Ceará

Escola de Formação em Saúde da Família Visconde de Sabóia
(88) 3614-2633 / 5520 . escoladesaudefamilia@sobral.ce.gov.br . ensinotp@gmail.com
www.sobral.ce.gov.br/site_novo/sec/esf . www.blogdaescolasobral.blogspot.com.br

Escola de Saúde Pública de Iguatu
(88) 3581-1708 . espiguatu@yahoo.com.br
www.iguatu.ce.gov.br/c/escola-de-saude-publica-de-iguatu

Escola de Saúde Pública do Ceará Paulo Marcelo Martins Rodrigues
(85) 3101-1401 / 1403 . ascom@esp.ce.gov.br . www.esp.ce.gov.br

DF - Distrito Federal

Escola Técnica de Saúde de Brasília
(61) 3327-3914 . etesb.fepecs@gmail.com . www.etesb.fepecs.edu.br

ES - Espírito Santo

Escola Técnica e Formação Profissional de Saúde Profª Ângela Maria Campos da Silva
(27) 3132-5194 . escolasaude@correi01.vitoria.es.gov.br
www.vitoria.es.gov.br/servidor/escola-de-saude

Núcleo de Educação e Formação em Saúde da SES/ES
Tel: (27) 3194-3072 / 3298/ 3325-3272 (fax) . nef.s.dir@saude.es.gov.br
www.saude.es.gov.br

GO - Goiás

Centro de Educação Profissional de Saúde da Escola Estadual de Saúde Pública de Goiás Cândido Santiago
(62) 3201-3428 / 3425 . cepssaudees@gmail.com . www.saude.go.gov.br

MA - Maranhão

Escola Técnica do SUS Drª Maria Nazareth Ramos de Neiva
(98) 3221-5547 / 9137-6220 / 3222-8347 . adm.etsus.ma@gmail.com
cpetsusma@gmail.com

MG - Minas Gerais

Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais
(31) 3295-5090 / 6772 / 5896 . diretoria@esp.mg.gov.br / diretoriaesp@gmail.com
www.esp.mg.gov.br

**Centro de Educação Profissional e Tecnológica /
Escola Técnica de Saúde - Unimontes**
(38) 3229-8594 / 8591 / 8592 . ets@unimontes.br . www.unimontes.br

MS - Mato Grosso do Sul

Escola Técnica do SUS Profª Ena de Araújo Galvão
(77) 3345-8055 / 8056 . etsus@saude.ms.gov.br . www.etsus.ms.gov.br

MT - Mato Grosso

Escola de Saúde Pública do Estado do Mato Grosso
(65) 3613-2324 / 2323 (fax) . dgesp@ses.mt.gov.br . www.saude.mt.gov.br/escola

PA - Pará

Escola Técnica do SUS Dr. Manuel Ayres
(91) 3202-9300 . etsuspa@gmail.com . www.etsus.saude.pa.gov.br

PB - Paraíba

Centro Formador de Recursos Humanos
(83) 3218-7763 / 7765 / 7501 . ceforuspb@gmail.com . www.ceforb.wordpress.com
www.facebook.com/ceforb

PE - Pernambuco

Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco
(81) 3184-4093 . ses.esppe@gmail.com . www.saude.pe.gov.br

PI - Piauí

**Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde
Monsenhor José Luiz Barbosa Cortez**
(86) 3216-6406 / 2668 . etsus.piceeps@ymail.com

PR - Paraná

Centro Formador de RH Caetano Munhoz da Rocha
(41) 3342-2293 . sec.espp@sesa.pr.gov.br . www.saude.pr.gov.br

RJ - Rio de Janeiro

Escola de Formação Técnica em Saúde Enfermeira Izabel dos Santos
(21) 2334-7274 / 7268 . etis@saude.rj.gov.br

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
(21) 3865-9797 . epsjv@fiocruz.br . www.epsjv.fiocruz.br

RN - Rio Grande do Norte

**Centro de Formação de Pessoal para os Serviços de Saúde
Dr. Manoel da Costa Souza**
(84) 3232-7634 / 0823 . cefope@rn.gov.br . www.cefope.rn.gov.br

RO - Rondônia

Centro de Educação Técnico-Profissional na Área de Saúde de Rondônia
(69) 3216-7307 / 7304 (fax) . cetasa.ro@gmail.com . www.cetasa.ro.gov.br

RR - Roraima

Escola Técnica de Saúde do SUS em Roraima
(95) 3224-0092 / 3623-6891 . etsus_rr@hotmail.com . www.saude.rr.gov.br/etsus_rr

RS - Rio Grande do Sul

Escola Estadual de Educação Profissional em Saúde do Rio Grande do Sul
(51) 3901-1508 . etsus@saude.rs.gov.br
www.escoladesaudepublica.rs.gov.br

SC - Santa Catarina

Escola de Formação em Saúde
(48) 3665-4660 . direcaoefos@saude.sc.gov.br
contatoefos@saude.sc.gov.br . www.efos.saude.sc.gov.br

Escola Técnica do Sistema Único de Saúde Blumenau
(47) 3322-4271 . etsusblumenau@blumenau.sc.gov.br

SE - Sergipe

Centro de Educação Permanente da Saúde
(79) 3259-8500 . saude.ceps@aracaju.se.gov.br

Escola Técnica de Saúde do SUS em Sergipe
(79) 3211-5005 . etsus@funesa.se.gov.br . www.ses.se.gov.br

SP - São Paulo

Centro de Formação de Recursos Humanos para o SUS-SP de Araraquara
(16) 3335-7545 . cefor-araraquara@saude.sp.gov.br

Centro Formador de Pessoal para a Área da Saúde de Osasco
(11) 3681-3994 / 3699-1916 (fax) . cefor-osasco@saude.sp.gov.br

**Centro Formador de Pessoal para a Saúde de Assis /
Escola Técnica do SUS de Assis**
(18) 3302-2226 / 2216 . drs9-eaeaceforassis@saude.sp.gov.br

Centro Formador de Pessoal para a Saúde Franco da Rocha
(11) 4811-9392 . chj-cefors@saude.sp.gov.br

Centro Formador de Pessoal para Saúde de São Paulo
(11) 5080-7458 / 7459 / 7462 (fax) . ceforetus-sp@saude.sp.gov.br

**Centro Formador de RH de Pessoal de Nível Médio para a Saúde /
Escola de Auxiliar de Enfermagem**
(13) 3856-2362 / 9716 . ceforh@consaude.org.br . ceforhrb@consaude.org.br
www.consaude.org.br

Escola Municipal de Saúde

(11) 3846-4569 / 1134 . emsnucleoescolar@prefeitura.sp.gov.br / ems@prefeitura.sp.gov.br
www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/ems

TO - Tocantins

Diretoria da Escola Tocantinense do Sistema Único de Saúde
(63) 3218-6280 . gabinete@etsus.to.gov.br
www.etsus.to.gov.br . www.saude.to.gov.br

Twitter

Acompanhe as novidades do site e da revista da RET-SUS pelo Twitter. Links para notícias, entrevistas, eventos e muito mais para você ficar por dentro do que acontece na Rede.

Acesse o endereço www.twitter.com/RET_SUS



Baixe um leitor QR code em seu celular, fotografe o código e acesse twitter.com/RET_SUS